

# A IMPRENSA DA COLÔNIA PORTUGUESA NO SUL DO BRASIL: FRAGMENTOS IDENTITÁRIOS

Francisco das Neves Alves



  
Coleção  
Documentos

  
BIBLIOTECA  
RIO-GRADENSE  
Fundada em 1846



CLEPUL | Centro de Literaturas  
e Culturas Lusófonas  
e Europeias  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa



**A IMPRENSA DA COLÔNIA  
PORTUGUESA NO SUL DO BRASIL  
FRAGMENTOS IDENTITÁRIOS**

FICHA TÉCNICA

Título: *A Imprensa da Colônia Portuguesa no Sul do Brasil: Fragmentos Identitários*

Autor: Francisco das Neves Alves

Colecção: Documentos, 1

Composição & Paginação: Luís da Cunha Pinheiro

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande, Março de 2016

ISBN – 978-989-8814-27-2

Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projecto «UID/ELT/00077/2013»

**O autor:**

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da FURG, Doutor em História pela PUCRS e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); Universidade de Lisboa (2013) e Universidade Nova de Lisboa (2015). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou aproximadamente cem livros.

Francisco das Neves Alves

**A Imprensa da Colônia  
Portuguesa no Sul do Brasil  
Fragmentos Identitários**



- 1 -

CLEPUL / Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande

2016



# Índice

Nótula . . . . .	7
<b>Os Jornais da Colônia Lusitana na Cidade do Rio Grande: Construções Identitárias . . . . .</b>	<b>11</b>
<i>O Lusitano</i> . . . . .	35
<i>Eco Lusitano</i> . . . . .	43
<i>A União Portuguesa</i> . . . . .	81
<i>Pró-Pátria</i> . . . . .	87
<i>A Gazeta Portuguesa</i> . . . . .	127





# NÓTULA

Na sequência de “Imprensa portuguesa de oitocentos que interessa ao Brasil”<sup>1</sup>, propus a seguinte tipologia, mais acurada e abrangente<sup>2</sup>, para renovados trabalhos de equipa:

1. títulos ou subtítulos referindo Portugal e Brasil ou a derivação “lusobrasileira” – subsumindo também o Brasil na designação de “Colónias”, “América do Sul”;
2. títulos cuja tipografia ou empresa explicitam essa relação “lusobrasileira”;
3. títulos saídos em Portugal, mas dirigidos (3.1) à comunidade lusa no Brasil, (3.2) à comunidade brasileira em Portugal, (3.3) editados no Brasil, e destinados aos portugueses aí residentes;
4. títulos dirigidos (4.1) por portugueses na emigração, (4.2) por brasileiros no exílio, (4.3) que suscitem título-resposta, (4.4) e por estrangeiros, nos seus países, atendendo ao tandem Portugal-Brasil;
5. editados no Brasil, seja, propriamente brasileiros, mas veiculados em Portugal;

---

<sup>1</sup> *Navegações* [Porto Alegre, PUCRS], v. 1, n. 1, 2008, p. 26-34.

<sup>2</sup> *Convergência Lusíada* (Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura), 32, Julho-Dezembro de 2014, p. 7-18.

6. outros, de interesse político e, sobretudo, literário, colaborados por brasileiros.

O volume agora apresentado insere-se em 3.3 e, subsidiariamente, em 4.1. Adapta, na parte introdutória, artigo do ano 2000, mas a sua riqueza, associada à razão antológica (precedida de verbete sobre cada um dos cinco periódicos), ilustra bem a atmosfera na viragem de Oitocentos, e como a comunidade portuguesa, enquanto *criava* o Rio Grande, se dessentava nos feitos pátrios, com particular orgulho no 1.º de Dezembro.

Do rastreio feito para aquele item, concluí que as pátrias, desde Oitocentos e por interposta Imprensa periódica, são um desafio aliciante em era de hiperidentidades. O transporte ideológico será, no séc. XX, mais presente, e, desde logo, o conflito monárquico-republicano, lados que estendem o combate a outros Brasis.

Na linha dessa pesquisa, o Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro acrescentava seis títulos (propriedade sua) à minha lista, além dos colaborados por Rafael Bordalo Pinheiro<sup>3</sup>.

Do sul do Brasil eu referia:

*A União Portuguesa* / Armando Fulvio, ed. lit. – Rio Grande do Sul: Typographia da “União Portuguesa”, 11 Mar. 1894. De facto, de Rio Grande. Na Biblioteca Rio-Grandense, exemplar de 24 Jun. 1894.

*Pro Patria*: numero único comemorativo do 4. Centenário do Descobrimento de Caminho Marítimo da Índia. Rio Grande, 20 Mai. 1898. – 35 cm.

Além destes, três cabeçalhos dedicados à comunidade de origem lusa do Rio Grande – *O Lusitano* (15 Abr, 9 Set. 1878), *Echo Lusitano*

---

<sup>3</sup> Cf. Eduardo da Cruz, “A hemeroteca oitocentista do Real Gabinete de Leitura”, em Eduardo da Cruz, org., *No Giro do Mundo. Os Periódicos do Real Gabinete Português de Leitura no Século XIX*, vol. I, Rio de Janeiro, RGPL, 2014, p. 9. Fora destes, e só no Rio de Janeiro, aquele pesquisador inventaria uma quarentena de títulos que interessam às comunidades portuguesas.

(1.º Dez. 1883) e *A Gazeta Portuguesa* (17 Dez. 1903, 14 Jan., 11 e 18 Fev. 1904) – estão nesta investigação de Francisco das Neves Alves, que se responsabiliza por outros títulos a editar, *online*, pelo CLEPUL.

Não vá sem dizer a importância deste volume inaugurando coleção. Um quarto da matéria é um proveitoso estudo às condições de vida e de existência espiritual de largas comunidades, entre assistencialismo, comemorações e entranhado patriotismo. A variedade de textos recolhidos plasma um corpo de sentimentos fundindo décadas e milhares de concidadãos, onde entreluzem versos e imagens de qualidade, ou algum nome menos obscuro cumpre o seu périplo literário, talvez a seguir.

Francisco Alves deu-se a tarefa que não é menos de entreatada, qual o propósito subjazendo ao quinteto de periódicos. Síntese das centenas de universitários brasileiros, incluindo discentes, que reconhecem a importância da Imprensa periódica como fonte primária, é com gosto que o saudamos, agradecendo esta oferenda.

**Ernesto Rodrigues**



# **OS JORNAIS DA COLÔNIA LUSITANA NA CIDADE DO RIO GRANDE: CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS**

As inter-relações Brasil – Portugal, íntimas à época colonial, passariam por altos e baixos após a emancipação política brasileira, variando de uma harmonia confortável até rudes desentendimentos e abruptas rupturas. Enquanto as duas nações mantiveram a mesma forma de governo, superadas as cisões da independência, houve uma tendência geral de conciliação que só viria a ser abalada com a instalação da república no Brasil, desencadeando-se um ambiente de crescente perturbação até resultar no rompimento diplomático que perdurou por aproximadamente um ano. Aos poucos, a normalidade foi sendo recuperada, mormente a partir do reatamento das interfaces diplomáticas, na mediação lusa na questão de fronteiras brasileiro-britânica pela posse da Ilha da Trindade e das comemorações em torno do quarto centenário do descobrimento do Brasil.

Em todo esse processo um fenômeno que teve uma tendência de praticamente continuidade e até avanço ao longo do tempo foi o do deslocamento de significativos contingentes populacionais de origem lusitana para as terras brasileiras. Nesse sentido, os excedentes populacionais portugueses, e/ou os segmentos sociais que não tinham maiores oportunidades em sua terra natal, emigraram para várias partes do mundo e, dentre elas, o Brasil foi um dos destinos preferidos.

Formou-se então em terras brasileiras uma numerosa colônia lusa, relevante para as necessidades demográficas e de força de trabalho que o país tropical tinha. Por outro lado, para Portugal, tais colônias representavam um papel fundamental na economia nacional, sendo fundamentais para as já combalidas finanças lusitanas as importâncias enviadas pelos seus cidadãos emigrados no Brasil. As levas de imigrantes portugueses concentram-se principalmente no Rio de Janeiro, mas também se espalharam pelo país, inclusive no Rio Grande do Sul.

O estudo do processo de imigração e colonização no contexto sul-rio-grandense representa um fenômeno fundamental para uma melhor compreensão do devir histórico da Província/Estado, uma vez que este se tornou um elemento constitutivo que alterou significativamente a conjuntura socioeconômica, político-ideológica e institucional do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, as pesquisas sobre a imigração/colonização tornaram-se cada vez mais frequentes nos trabalhos sobre a história gaúcha, surgindo um representativo manancial de informações a respeito do assunto, bem como as mais diferentes abordagens acerca do tema, o qual foi analisado pelos mais variados prismas, tendo em vista os diferentes arcabouços teóricos e metodológicos utilizados na implementação destes estudos. Desse modo, nas últimas décadas, a historiografia rio-grandense-do-sul tem sido cada vez mais profícua em abordar as raízes da colonização e o papel do imigrante na estruturação da sociedade da mais meridional das unidades do Brasil.

Desde as formas mais tradicionais de abordagem histórica até as mais diversas visões revisionistas que intentaram rebater e/ou complementar as asserções por aquelas realizadas, as várias tendências historiográficas que se dedicaram a estudar o processo de imigração/colonização no Rio Grande do Sul deram uma ênfase primordial a dois dos contingentes de imigrantes – os alemães e os italianos. Assim, no contexto dos estudos sobre os estrangeiros em terras gaúchas, em um verdadeiro mar de trabalhos que se destinaram a descrever/interpretar o conteúdo histórico da imigração ítalo-germânica, as pesquisas sobre outros grupos representaram quase que algumas poucas e isoladas

ilhas. Nessa linha, a imigração portuguesa para o Rio Grande do Sul promovida nas últimas décadas do século XIX e primórdios da centúria seguinte constituiu um tema que pequena recorrência teve na historiografia gaúcha.

Não se pode negligenciar que boa parte da historiografia sul-rio-grandense é calcada na asseveração do predomínio da influência luso-brasileira na formação histórica gaúcha. Porém esse trabalho de plasmar uma identidade lusitana e brasileira para o Rio Grande do Sul prendeu-se muito mais ao papel exercido pelos portugueses, e principalmente açorianos, nos primórdios da ocupação do sul, mormente à época colonial, de modo que o contingente luso, para estes historiadores, aparece como um elemento legitimador de uma identidade nacional do Rio Grande do Sul para com o conjunto da sociedade da América Portuguesa. Nessa perspectiva, até mesmo estes trabalhos, mais ligados à historiografia tradicional, que privilegiam a atuação lusitana na evolução da comunidade gaúcha, não dedicam, em seus estudos sobre a imigração, maior espaço a compreender historicamente o fenômeno social da imigração portuguesa para o Brasil Meridional, já ao final do império e nos primeiros anos da república. Um dos grandes entraves a estes estudos se dá exatamente a partir do fato de que diversos destes historiadores sequer chegaram a reconhecer no português o caráter de imigrante estrangeiro, de maneira que, no projeto de cristalizar uma identidade única ao “povo” gaúcho, onde prevalecesse a homogeneidade e não as diferenças, a construção dessa identidade e a aplicabilidade de um processo de assimilação foram ainda mais fáceis quando se referiu ao contingente lusitano<sup>1</sup>.

Apesar destas carências no campo da historiografia, a imigração portuguesa teve relevante papel na edificação da história brasileira, rio-grandense e rio-grandina da virada do século XIX. A imigração

---

<sup>1</sup> Segundo Dante de Laytano, o estudo da emigração dos portugueses para o Rio Grande do Sul constitui um problema que exige serena e meditada interpretação, pois a tese defendida é aquela que em absoluto admite ser a gente lusitana estrangeira no Brasil. LAYTANO, Dante de. Os portugueses. In: *Enciclopédia rio-grandense*. Canoas: Editora Regional, 1958. v. 5. p. 117.

consistiu um fenômeno inerente à sociedade lusitana, pois, desde a época das descobertas marítimas, a emigração portuguesa tornou-se constante no tempo e universal no espaço<sup>2</sup>, sendo comum a saída de vagas sucessivas de portugueses para diferentes regiões, em especial para o Brasil, país que, durante séculos, representou o primeiro destino daquela corrente migratória<sup>3</sup>. Esta tendência migratória da população lusitana pode ser evidenciada a partir de dados comparativos da emigração oficial portuguesa entre as três últimas décadas do século XIX e os anos iniciais do XX. De acordo com essas estatísticas, a emigração entre 1885 e 1894 foi 55,26% mais alta que a do período entre 1875 e 1884; já, entre 1905 e 1914, o número de emigrantes oficiais foi 92,55% superior ao da década entre 1895 e 1904; dados extremamente significativos, ainda mais que nos mesmos não se encontram incluídos os números referentes à emigração clandestina<sup>4</sup>.

O Brasil foi o destino de representativa parte deste contingente migratório português. O fluxo de imigrantes lusos para o território brasileiro teve uma tendência de crescimento praticamente contínuo. Esta quantidade de imigrantes que chegavam às terras brasileiras passaria por incremento ainda maior a partir da década de oitenta, mormente, com a abolição da escravidão, quando, por exemplo, no ano de 1888, aquele índice alcançou o quantitativo de 18.289 imigrantes<sup>5</sup>. Esses portugueses vinham buscar novas oportunidades de vida e serviriam para prover parte das carências de mão-de-obra no Brasil. Nesse sentido, Portugal conservou papel preponderante na antiga colônia, não pela sua literatura nem pela indústria ou pelo comércio, mas sim pelos seus trabalhadores imigrados, uma vez que todos os anos vinham

---

<sup>2</sup> ALPALHÃO, João António & ROSA, Victor M. Pereira. *Da emigração à aculturação*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1983. p. 295.

<sup>3</sup> ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz & ARROTEIA, Jorge. *Bibliografia da emigração portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1984. p. 9.

<sup>4</sup> Dados obtidos a partir de: ALPALHÃO & ROSA. p. 299.

<sup>5</sup> SERRÃO, Joel. Brasil - Portugal. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: o Brasil Monárquico - declínio e queda do Império*. 2. ed. São Paulo, DIFEL, 1974. v. 6. p. 209-210.



milhares de indivíduos, quase todos no vigor da idade, das margens do Douro e do Minho, da Madeira e dos Açores, reforçar o elemento lusitânico nas cidades e nas roças do Brasil<sup>6</sup>.

As intenções desses imigrantes estavam, em geral, ligadas à concepção de “enriquecer” e retornar a Portugal, embora este retorno nem sempre tenha sido possível, até mesmo em relação aqueles poucos que atingiram a meta da “independência econômica”<sup>7</sup>. Dessa maneira, o Brasil absorvia parte dos excedentes demográficos lusos, tendo em vista a insuficiência de salários, o predomínio das atividades primárias e a lenta evolução das secundárias, entre outros fatores que redundaram em um quadro de dificuldades para a população portuguesa, levando parte da mesma a ver na emigração uma possível solução<sup>8</sup>.

No Rio Grande do Sul, a imigração portuguesa, nas últimas décadas do século XIX, foi razoavelmente significativa. Assim, embora o índice de portugueses que se direcionaram para as terras gaúchas não fosse o mais expressivo em relação ao contingente total que adentrava ao Brasil, entre 1886 e 1912, dezenas de lusitanos vieram, anualmente, para o território rio-grandense. Os maiores destaques foram para os anos de 1887, 1888, 1889, 1891, 1895, 1896, 1904, 1906 e entre 1908 e 1912, quando a quantidade de imigrantes portugueses atingiu de uma a três centenas de pessoas. De acordo com o autor, a cidade do Rio Grande foi um dos destinos preferenciais desta onda migratória, constituindo tal comunidade um vasto centro da colônia portuguesa, quer no tempo do império, quer no da república<sup>9</sup>. O ano de 1867 pode ser citado como exemplo da importância numérica da imigração portuguesa para o Rio Grande do Sul, uma vez que a mesma só foi superada pelo contingente germânico, se forem somadas as quantida-

---

<sup>6</sup> RECLUS, Élisée. *Estados Unidos do Brasil: geografia, etnografia, estatística*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899. p. 22.

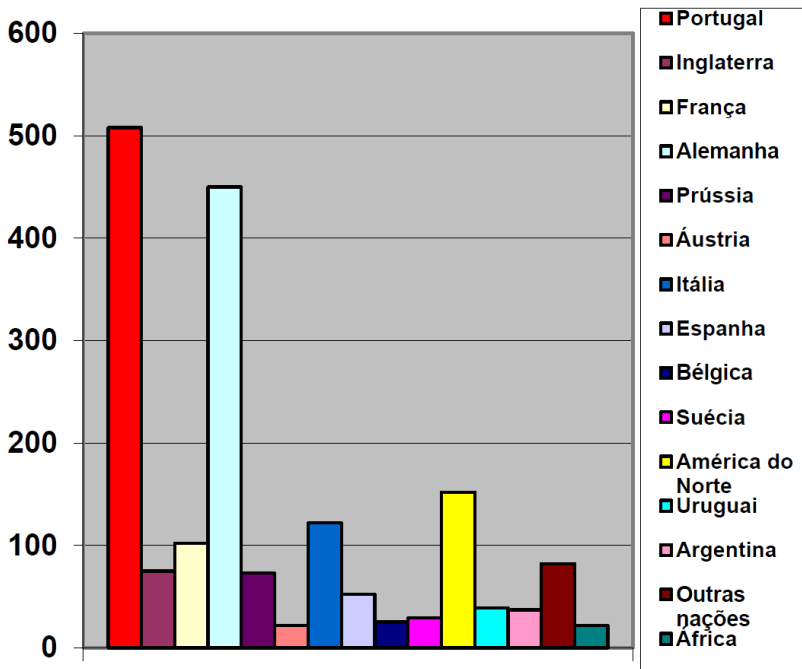
<sup>7</sup> SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 1990. p. 86.

<sup>8</sup> SERRÃO. p. 210-211.

<sup>9</sup> LAYTANO. p. 126 e 151.

des de imigrantes provenientes dos diferentes estados alemães, como observa-se a partir do seguinte gráfico:

**Gráfico 1: Número de estrangeiros entrados na Província de São Pedro do Sul, por procedência, no ano de 1867<sup>10</sup>.**

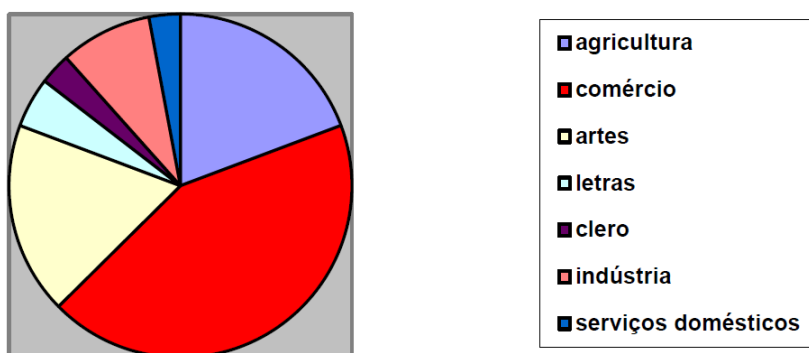


Apesar de se dedicarem às mais diversas funções, a grande preponderância quanto à ocupação dos imigrantes portugueses deu-se principalmente em relação às atividades comerciais. Entre outras profissões, uma quantidade significativa de imigrantes lusos dedicou-se ao trabalho operário na ascendente indústria gaúcha, ou ainda empregaram-se como artífices, mas foi no comércio que se concentraram

<sup>10</sup> Elaborado segundo os dados citados por: LAYTANO. p. 129.

as preferências, secundadas pela opção em relação à agricultura, chegando a constituir-se importante núcleo populacional ao redor das atividades agrícolas<sup>11</sup>. Tal concentração dos portugueses na agricultura e, principalmente, no comércio pode ser observada, tomando-se mais uma vez o ano de 1867 como exemplo, a partir do próximo gráfico:

**Gráfico 2: Profissões a que se dedicaram os imigrantes portugueses entrados no Rio Grande do Sul em 1867 (em %)**<sup>12</sup>



Esse contingente populacional lusitano que veio para o Rio Grande do Sul e, em boa parte, concentrou-se na cidade do Rio Grande, ocupando-se prioritariamente nas lides do comércio, desenvolveu, ao longo do período entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos da centúria seguinte, uma série de atividades que visaram manter uma certa integração entre os imigrantes, aproximando-os por interesses e/ou laços culturais em comum, buscando garantir a manutenção de uma certa identidade desse mesmo grupo. A tendência à coesão interna e diferenciação em relação ao conjunto da população, em

<sup>11</sup> A Ilha dos Marinheiros, no município do Rio Grande, foi colonizada por elementos portugueses, e tornou-se um núcleo colonial de grande valor econômico do Rio Grande do Sul. RAMOS, Oscar de Oliveira. *Colonização no Brasil*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1939. p. 21.

<sup>12</sup> Elaborado segundo os dados citados por: LAYTANO. p. 129.

oposição a uma homogeneização e assimilação das populações de imigrantes, foi uma dicotomia que marcou a sociedade gaúcha de origem estrangeira como um todo naquela época, havendo uma predominância cada vez maior da assimilação, com o perpassar das décadas do século XX, e os portugueses foram atingidos ainda com maior intensidade por tal processo, tendo em vista que nem mesmo a língua ou a religião serviriam como elementos de discrepância, e, ao contrário, eram fatores de aproximação. Mesmo assim, até a virada do século XIX, os lusos atuaram diretamente na construção de uma identidade, se não excludente, ao menos estabelecendo uma certa intenção pré-concebida de manterem demarcadas as suas raízes lusitanas e a imprensa seria um dos principais veículos de propagação desse sentimento.

## Identidade e imprensa

A imprensa constituiu elemento difusor tão fundamental à expressão de modos de viver e pensar da colônia portuguesa, que muitas vezes chegou a ser incluída no rol dos periódicos editados por Portugal, estando ao lado dos jornais publicados no reino, nas ilhas adjacentes e no ultramar, envolvendo segmentos de tal colônia residentes em países estrangeiros nos vários continentes, como nas Américas, na Europa, na Ásia e na Oceania<sup>13</sup>. Eram assim considerados como jornais portugueses editados no estrangeiro, sendo citados, em 1894, como presenças em Honolulu, Bombaim, Hong-Kong, Oakland, New Bedford, S. Francisco da Califórnia e, inclusive, na cidade do Rio Grande do Sul<sup>14</sup>.

A cidade do Rio Grande, de origens e formação histórica portuguesas, constituindo-se, inclusive, no primeiro núcleo de povoação oficial

---

<sup>13</sup> MONTEIRO, Graciano Franco. *Coleção de jornais portugueses começada em 1883*. Coimbra: Tip. de M. C. da Silva, 1887. p. 74-77.

<sup>14</sup> ARANHA, Pedro W. de Brito. *Rapport de la Section Portugaise – 1er. Congrès International de la Presse (1894 – Anvers)*. Lisboa: Imprimerie Universelle, 1894. p. 46.

lusa no Rio Grande do Sul, teve também uma das suas mais tradicionais colônias formada por indivíduos dessa nacionalidade e por seus descendentes. Essa colônia buscou organizar-se internamente, através da constituição de instituições, entidades, grupos ou atividades que congregassem seus membros, processo no qual a imprensa também exerceria importante papel, surgindo diversos pequenos periódicos representando aquele segmento da sociedade rio-grandina. Nas três últimas décadas do século XIX, o jornalismo da cidade do Rio Grande encontrava-se em franca expansão, passando por sua fase de maior desenvolvimento, circulando desde os diversos jornais diários até os representantes de uma pequena imprensa. Nessa última, incluíram-se noticiosos, pasquins, folhas literárias, semanários caricatos e periódicos político-partidários, além de uma série de jornais que serviram para representar determinados setores da comunidade rio-grandina, como militares, abolicionistas, produtores rurais, trabalhadores, religiosos e maçons, inserindo-se nesse grupo o jornalismo entabulado pelos componentes da colônia portuguesa<sup>15</sup>.

Esses periódicos oriundos de tal colônia tinham por objetivo informar aos portugueses e seus descendentes sobre os acontecimentos de sua terra de origem, bem como criar mais um instrumento que permitisse uma certa unidade do grupo, visando destacar os interesses, tradições e laços culturais em comum. Vários desses jornais circularam desde o final da década de setenta até os primeiros anos do século XX, vindo a público folhas como *O Lusitano* (1878), o *Eco Lusitano* (1882-1887), *A União Portuguesa* (1894), *Pró-Pátria* (1898) e *A Gazeta Portuguesa* (1903-1904)<sup>16</sup>. Tais publicações envolviam desde jor-

<sup>15</sup> Sobre o conjunto da pequena imprensa rio-grandina, observar: ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Editora da FURG, 1999.

<sup>16</sup> Os períodos de existência desses jornais são apontados por: BARRETO, Abeillard. A imprensa do Rio Grande no tempo do império. *Rio Grande*. Rio Grande, 27 jun. 1935. p. 4-5; OLIVEIRA, João de. Estatística dos jornais que se têm publicado no Rio Grande do Sul. In: *Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1897*. Pelotas: Echenique, Irmão & Cia. - Livraria Universal, 1896. p. 231-239; e SPALDING, Walter.

nais com proposta de circulação diária, passando pelos semanários, até as folhas comemorativas, em geral caracterizadas pela edição de um número único. Através do padrão editorial, informações e opiniões expressas por essa imprensa, torna-se possível observar alguns fragmentos das vivências cotidianas e das relações sociais, econômicas e político-ideológicas da população portuguesa que, no seu conjunto, integraram o intento de garantir a manutenção de uma identidade entre seus membros<sup>17</sup>.

As matérias publicadas nesses jornais já revelavam seus objetivos editoriais de atender a comunidade de origem portuguesa, sendo editados títulos e seções como, no *Lusitano*, “Os agentes insulares”, “Ministério português”, “Independência açoriana”, “A nomeação do cônsul português em Pelotas”. Outro exemplo deste norte editorial voltado à população lusa foi expresso pela *Gazeta Portuguesa* que pretendia trazer as “notícias o mais recente possíveis” e dar aos “amáveis patrícios leitura agradável”, dedicando-se o jornal a prestar informações exclusivamente sobre Portugal, não aparecendo nenhum tipo de noticiário local, publicando as matérias “As campanhas da África – a bravura do soldado português”, levantamento histórico sobre as conquistas portuguesas naquele continente; “Eça de Queiróz”, homenagem ao escritor português; “Notícias das províncias”, informações discriminadas sobre cada uma das unidades administrativas lusas; e até mesmo a seção “Falecimentos”, na qual noticiava os óbitos em Portugal. Nesse sentido, o mesmo periódico justificava o motivo de uma publicação destinada aos

---

*Exposição do Centenário Farroupilha: a imprensa e o livro no pavilhão cultural (1835-1935)*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1935.

<sup>17</sup> Desses elementos constitutivos da comunidade de origem portuguesa que vivia no Rio Grande, nesta época, só foi possível levantar alguns “fragmentos”, tendo em vista o pequeno número de exemplares remanescentes de cada um dos periódicos, todos eles pertencentes ao acervo da Biblioteca Rio-Grandense. Assim, do *Lusitano* foram encontrados apenas dois exemplares (15 abr. e 9 set. 1878), do *Eco Lusitano*, um exemplar (1º dez. 1883), da *União Portuguesa*, um exemplar (24 jun. 1894), do *Pró-Pátria*, o seu número único (20 maio 1898), e da *Gazeta Portuguesa*, quatro exemplares (17 dez. 1903, 14 jan., 11 fev. e 18 fev. 1904).

portugueses, afirmando que, em consequência de ser grande a colônia portuguesa no Rio Grande do Sul, e não existir no mesmo uma folha de caráter lusitano, passara-se a publicar *A Gazeta Portuguesa* para servir ao interesse do leitor e elucidá-lo em relação aos mais recentes sucessos de importância ocorridos em Portugal<sup>18</sup>.

Assim, o jornalismo promovido pela colônia portuguesa da cidade do Rio Grande traduzia alguns dos anseios, hábitos, costumes e visões de mundo dessa população, revelando sua preocupação em manter uma certa identidade ligada a suas raízes nacionais. Apesar das amplas diferenças entre os portugueses e os imigrantes de outras nacionalidades presentes no Brasil daquela época – mormente tendo em vista os laços históricos das relações colônia-metrópole, além da língua e da religião em comum –, as ações da comunidade lusa daquele momento, expressas através da sua imprensa, traduziam uma intenção de, se não sustentar abertamente a diferenciação, ao menos deixar em evidência a identidade de origem daquela população e suas ligações com a “Pátria-Mãe”. Desse modo, na passagem do século XIX ao XX, a comunidade portuguesa no Rio Grande expressou através da palavra escrita esse intento de garantir uma identificação maior entre seus membros<sup>19</sup>. A construção da imagem do português como o “co-

<sup>18</sup> A GAZETA PORTUGUESA. Rio Grande, 17 dez. 1903.

<sup>19</sup> Tal busca pela construção de identidades vem ao encontro da perspectiva pela qual foi no final do século XIX que algumas instituições comunitárias apareceram como divulgadoras dos valores étnicos, preservados pelos imigrantes, e transmitidos de uma geração a outra. A língua materna e a cultura nacional seriam preservadas através da escola, da igreja, das associações, mas acima de tudo através da palavra escrita, no sentido de marcar a diferença de um grupo em relação aos outros. Essas instituições formais serviram como veiculadoras e perpetuadoras da *etnicidade* desses grupos, tanto no Sul quanto em metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro. A divulgação da ideologia étnica da maioria dos grupos de imigrantes teve sua expressão máxima na imprensa e outras publicações. A ideologia étnica transmitida através dos jornais, da literatura, dos almanaques, que surgiram no âmbito desses grupos, reforçava principalmente o apego à língua materna e aos valores culturais de origem. Os grupos étnicos se constituíram quase todos sobre essas premissas básicas, mas, apesar da assimilação e da integração à sociedade brasileira, mantêm

lono ideal” para o Brasil, o espírito de associação e assistencialismo, as reações diante das manifestações lusófbas e as comemorações, o patriotismo e o interesse em enaltecer o grande valor da “civilização” lusitana, foram alguns dos fragmentos daquela busca pela identidade, detectáveis nas páginas dos jornais ligados à colônia portuguesa.

## O “colono ideal”

Apesar de buscar estabelecer alguns elementos que garantissem a manutenção de suas identidades de origem, os responsáveis pelos jornais da comunidade portuguesa, visando uma melhor aceitação de parte da sociedade que os acolhia, não deixaram de intentar a criação de uma visão pela qual a colonização lusa seria a ideal e a que melhores frutos poderia render para o Brasil. Em nome dos antigos laços que uniram o Brasil a Portugal, tanto no período colonial quanto após a independência e a formação do Estado nacional brasileiro, destacava-se a imigração portuguesa como a mais proveitosa e menos onerosa para o país, tendo em vista as poucas dificuldades de adaptação que os colonos lusitanos teriam em seu novo lar. Além disso, esses periódicos tiveram por objetivo cristalizar a asserção de que Brasil e Portugal representavam mercados intercomplementares e que, portanto, o incremento das relações comerciais trariam excelentes resultados para ambos os lados.

Em comparação com as demais levas de imigrantes que se deslocavam para o Brasil, as folhas ligadas à colônia portuguesa argumentavam que os portugueses representariam o escopo destes novos mananciais de mão-de-obra, tanto para as atividades urbanas quanto rurais, além do que essa imigração não carecia do incentivo oficial,

---

algum grau de diferenciação e identificação (SEYFERTH. p. 82 e 84-86). Ainda que para os portugueses estes “valores étnicos” se encontrassem em grande similitude para com os brasileiros, tais colonos não deixaram de expressar, a sua maneira, seus intentos de garantir sua identidade.



já que a mesma era “natural”, tendo em vista as “raízes” históricas que ligavam os dois países. Afirmava-se, nesse sentido, que era, na realidade, muito considerável o número de portugueses que viviam no Brasil e trabalhavam em variadas profissões, uma vez que a imigração portuguesa seria aquela que afluía mais contínua e em mais larga escala, não engajada e contratada como a dos alemães, austríacos e italianos, que vinham para as províncias do sul, mas livre, espontânea e trazida unicamente pelas relações de parentes e amigos e maridos, pelo desejo de mais próspera sorte<sup>20</sup>.

A imprensa da comunidade portuguesa rio-grandina, a respeito do intercâmbio comercial luso-brasileiro, destacava que era preciso procurar, por todas as formas, promover e animar o desenvolvimento das relações mercantis entre Portugal e o Brasil, reconhecendo no mercado brasileiro os mais favoráveis elementos para a colocação dos produtos portugueses. Através de uma série de dados estatísticos, buscava-se demonstrar as vantagens mútuas na manutenção e ampliação do comércio entre ambos, devendo todos estarem preocupados, sem cessar, com o desenvolvimento das relações comerciais com o Brasil, procurando aproveitar, por todas as formas, os valiosos elementos de que ali se poderia dispor. Dessa maneira, concluía-se que tudo quanto possa estreitar os laços entre essas duas nações, ligadas por tantas tradições e tão valiosos interesses, representaria um grande serviço feito a uma e a outra<sup>21</sup>.

## **Associação e assistencialismo**

A fuga da penúria em Portugal, na busca de maiores oportunidades de vida e de construir riqueza no Brasil, foi um intento que não se tornaria realidade para muitos dos imigrantes que para tal país se deslocavam. A chegada dos portugueses em terras brasileiras nem

<sup>20</sup> O LUSITANO. Rio Grande, 15 abr. 1878.

<sup>21</sup> A GAZETA PORTUGUESA. Rio Grande, 11 fev. 1904.

sempre era coroada de êxito e muitos deles tiveram de passar por amplas dificuldades, até encontrar, ou não, melhores condições de sobrevivência e ocupações que lhes garantissem o bem estar próprio e de suas famílias, de modo que a criação de associações e a prestação de assistência foram algumas das modalidades desenvolvidas pela colônia portuguesa para resolver aqueles problemas. Nesse sentido, as folhas rio-grandinas ligadas a tal colônia explicavam que, vindo para o novo lar, os portugueses lutavam, mais do que uma vez, com extraordinárias dificuldades, pois umas vezes não encontravam fácil e prontamente trabalho do que pudessem obter honesta subsistência; outros, a doença acometia-os logo após a sua chegada ou os fazia desembarcar já enfermos e inábeis para trabalhar; enquanto que outros, depois de alguns anos de incessante labutar viam-se imprevista e repentinamente reduzidos às mais deploráveis condições<sup>22</sup>.

Para solucionar os problemas daqueles que eram considerados como desprotegidos e mal-aventurados, foi que nas cidades principais do Brasil a filantropia dos portugueses instituiu associações de beneficência e estabelecimentos de caridade, onde os recém-chegados e desvalidos encontravam amparo, auxílio e proteção. A partir de tal noção de associação e assistência, criaram-se “notáveis” estabelecimentos de caridade, nos quais teriam se revelado de modo evidente e realmente admirável a “mais generosa dedicação” em socorrer os compatriotas, prestando socorro principalmente nos períodos de recrudescência, quando se fazia perigar a vida dos que vinham em busca de trabalho mais prometedor, e na esperança de alcançarem a fortuna. A imprensa da comunidade lusitana reclamava ainda da falta de apoio oficial do governo português, o qual não concedia aos seus agentes meios de socorrer os seus súditos quando eles se viam a braços com a indigência<sup>23</sup>.

Diante desse quadro de pobreza e falta de oportunidades para muitos dos imigrantes portugueses, a carência de apoio governamen-

---

<sup>22</sup> O LUSITANO. Rio Grande, 15 abr. 1878.

<sup>23</sup> O LUSITANO. Rio Grande, 15 abr. 1878.

tal acabava, segundo os jornais rio-grandinos, sendo substituída pelo assistencialismo das associações de beneficência, nos estatutos das quais estava consagrado o “honroso dever” de prestar socorros e amparos aos compatriotas, quando a doença os tornava incapazes de trabalhar; ficando também determinado que se diligenciasse empregar os portugueses que estivessem sem ocupação e se concedesse auxílio aos que a doença forcesse a regressar ao país natal. Quando tal assistência não se dava de forma eficaz, a imprensa também assumiu o papel de denunciar tais imperfeições<sup>24</sup>. Esse espírito de associação levou a comunidade lusa da cidade do Rio Grande a ter participação decisiva na criação de uma série de entidades que se transformariam em verdadeiras instituições rio-grandinas, mormente ligadas à saúde e assistência, à cultura e às atividades comerciais, como a Santa Casa, a Beneficência Portuguesa, o Gabinete de Leitura, que viria a ser a Biblioteca Rio-Grandense, a Câmara do Comércio, o Clube do Comércio e a Sociedade União Comercial dos Varejistas<sup>25</sup>.

## Reações diante da lusofobia

Nos primeiros anos da forma de governo republicana, a comunidade de origem portuguesa sofreria uma série de reveses, tendo em vista as transformações e a instabilidade políticas vividas pelo Brasil em tal época, além disso, as autoridades governamentais dariam um novo tratamento à questão da colonização e aos estrangeiros residentes no país, numa deliberada intenção de homogeneizar o diferente<sup>26</sup>. Os imigrantes lusitanos seriam diretamente atingidos pelo ideário do jacobinismo, movimento político que orientou seu pensamento a partir de um nacionalismo exacerbado, o qual elegeu o português como o

<sup>24</sup> O LUSITANO. Rio Grande, 15 abr. 1878.

<sup>25</sup> LAYTANO. p. 151-152.

<sup>26</sup> Com a república, uma nova legislação imigratória entrou em vigor, e o governo, entidade onipresente nas áreas coloniais, passou a interferir diretamente sobre as instituições comunitárias e a cultura “tradicional” dos colonos (SEYFERTH. p. 82.).

inimigo natural da recém-proclamada república. As ideias nacionalistas dos jacobinos eram orientadas por um nativismo contrário aos “estrangeiros ruins”, traduzido numa declarada lusofobia, de modo que um feroz e exclusivista nacionalismo étnico permeou as palavras e ações dessa corrente política nos primeiros anos da república. Nesse sentido, os lusos eram condenados pelo jacobinismo, não somente pelo alto preço dos aluguéis, como por ter trazido a escravidão para o Brasil, por tentarem a queda do governo republicano, pela queda da taxa de câmbio, pela substituição no Rio de Janeiro, sendo considerados, enfim, como o grande obstáculo ao desenvolvimento e à prosperidade nacionais<sup>27</sup>.

As ideias e práticas lusófonas perpassariam ao conjunto da sociedade brasileira e influenciaram direta/indiretamente nas relações e formas de tratamento para com os portugueses. Desse modo, as tensões sociais explodiam então de forma violenta, causando um sentimento de indignação generalizada contra Portugal, acusado de proteger e até financiar o movimento restaurador, materializando-se em um antilusitanismo, estimulado quer por certos órgãos da imprensa diária privada, porta-vozes de setores mais radicais, quer também pela imprensa oficial que, se não apoiava abertamente, na prática não o condenava. Assim, os portugueses, independentemente das opções políticas e ideológicas, passavam a ser considerados, em bloco, como inimigos da república e do povo brasileiro, dado suas arraigadas convicções monárquicas<sup>28</sup>. O alarde jacobino encontraria eco, e a imagem do “português inimigo” se proliferaria, trazendo inevitáveis e, às vezes, drásticas, consequências para a colônia lusa, situação que tenderia a piorar ainda mais, a partir da ruptura diplomática entre Brasil e Portugal, em 1894,

---

<sup>27</sup> QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 99-100 e 103-104.

<sup>28</sup> SILVA, Maria Manuela. Ser português na República Velha: relações, conflitos e apropriações de identidade (1890/1900). In: *Anais da XVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 1998. p. 309.

tendo em vista o asilo político de rebeldes brasileiros em naus portuguesas<sup>29</sup>.

Na cidade do Rio Grande, tal fenômeno também se faria presente e a imprensa da colônia portuguesa manifestaria os anseios e temores da população de origem lusa. A *União Portuguesa* buscou apresentar os fatos de acordo com a visão lusitana para os acontecimentos que levaram ao rompimento de relações do Brasil para com Portugal, transcrevendo uma série de documentos governamentais lusos. O jornal publicava declarações pelas quais se colocava ao lado do governo português, destacando que assim o fazia por reconhecer que os governantes procuraram na questão dos refugiados brasileiros criar ao país uma posição correta e simpática aos olhos das nações, uma vez que os intuídos do governo português não poderiam ser nem mais explícitos, nem mais corretos. De acordo com essa perspectiva, a folha declarava ainda a respeito da imprensa portuguesa, que todos os jornais do país tratavam do rompimento das relações diplomáticas com o Brasil e, na sua maioria, afirmavam a correção do governo português constatada nos documentos por ele publicados<sup>30</sup>.

Para a folha da colônia portuguesa, toda aquela documentação demonstrava que o governo luso procurara sempre manter a mais estrita neutralidade, de harmonia com o procedimento das outras nações. Diante de tal “consciência tranquila” em relação aos fatos que leva-

---

<sup>29</sup> A ruptura Brasil - Portugal refletia o momento político que vivia o país internamente, agitado pelos radicais jacobinos - base de apoio popular ao presidente Floriano e ferrenhos propagadores de ideias antilusitanas - e com a presença de um contingente pouco expressivo de monarquistas, muitos deles de nacionalidade portuguesa, alguns dos quais apoiaram os movimentos rebeldes que assolaram a nova forma de governo. Finalmente, o rompimento Brasil - Portugal traduzia também as novas tendências da política exterior brasileira, segundo as quais o país deveria voltar-se em direção à América, afastando-se do concerto europeu e do passado colonial, mais do que encarnado na figura da antiga metrópole (ALVES, Francisco das Neves. A ruptura Brasil - Portugal à época da Revolta da Armada. *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998. v. 24. n. 2. p. 246.).

<sup>30</sup> A UNIÃO PORTUGUESA. Rio Grande, 24 jun. 1894.

ram à ruptura, o jornal explicava a sua não compreensão para com o tratamento dado aos lusitanos no país e noticiava as dificuldades que estariam passando estes imigrantes no Brasil, como ao divulgar o telegrama: “Colônia comovida. Alguns partiram imediatamente”. A respeito dessa fuga dos portugueses, diante de possíveis e/ou concretas perseguições, destacava que o governo de Lisboa já dera instruções para o Rio de Janeiro, no sentido de serem facilitados todos os meios para a repatriação aos súditos portugueses residentes no Brasil, que, por estarem em circunstâncias precárias, não pudessem realizar o desejo de regressar a Portugal, de maneira que teriam chegado a Lisboa alguns súditos portugueses repatriados pelo cônsul português no Rio e o governador civil daquele distrito concedeu-lhes passagem gratuita para as terras das suas naturalidades<sup>31</sup>.

A comunidade lusa rio-grandina expressava através de sua imprensa o pesar pelos rumos que haviam tomado os acontecimentos e manifestava seu desejo de um pronto restabelecimento das relações luso-brasileiras. Destacava, desse modo, que, efetivamente, seria deplorável que duas nações que se prezavam e estimavam fraternalmente fizessem supor ao mundo que as separava um destes ódios seculares, que só se apagava numa luta sangrenta. Explicava ainda que, em Portugal, a animosidade que existia contra o Brasil era o desejo de que ele prosperasse e se engrandecesse, gozando a paz e a felicidade de que era digno, quaisquer que fossem as instituições que o regessem. Asseverava também que, se, porventura, houvesse alguma intriga ou mal-entendido que malquistasse os lusos diante dos brasileiros, tudo aquilo seria espuma efervescente e mentirosa que desapareceria perante a evidência da verdade, mas reforçava seu ponto de vista, argumentando, mais uma vez, que estava demonstrado que o governo português recomendara sempre, em todos os casos, a mais estrita neutralidade<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> A UNIÃO PORTUGUESA. Rio Grande, 24 jun. 1894.

<sup>32</sup> A UNIÃO PORTUGUESA. Rio Grande, 24 jun. 1894.

Assim, o jornalismo ligado à colônia portuguesa explicava a complexidade e os melindres que cercavam tal momento, destacando as dificuldades que demarcavam a publicação de notícias sobre aqueles fatos. Afirmava que a situação era tão delicada que parecia inoportuno por enquanto fazer qualquer observação, limitando-se a informar os leitores de tudo o que ia se passando, já que o sentimento patriótico deveria ser superior a sugestões de qualquer natureza. E confirmava que o desejo de todos os portugueses era que se mantivessem as mais cordiais relações com o Brasil, não tendo havido motivo para que ele deixasse de ser a nação irmã por excelência<sup>33</sup>. Em uma época na qual já se prenunciava a crescente pressão que sofreriam os imigrantes quanto a um abandono de suas identidades étnico-culturais, a população de origem portuguesa denunciaria este tratamento e mais uma vez se utilizaria das páginas de suas publicações para defender os interesses dessa coletividade.

## Comemorações e patriotismo

A busca da manutenção de uma identidade ligada ao país de origem foi também manifestada através do culto da colônia portuguesa em relação a algumas das datas cívicas da nação portuguesa. Na época dos festejos nacionais, a comunidade lusa promovia uma série de atividades e os jornais a ela ligados publicavam textos de exortação aos “feitos heroicos” da “civilização portuguesa”, ou ainda eram lançadas publicações de número único, com o objetivo de divulgar e enaltecer os eventos em comemoração. Esse verdadeiro culto à pátria, no qual se inseria um constante lembrar das tradições e da história do povo português, servia para manter firmes os laços de união a Portugal e de coesão entre os imigrantes e seus descendentes. Dentre as comemorações detectadas na imprensa rio-grandina ligada à colônia lusitana, tiveram especial destaque as edições que festejaram os aniversários da

---

<sup>33</sup> A UNIÃO PORTUGUESA. Rio Grande, 24 jun. 1894.

Restauração Portuguesa e da conclusão da empreitada de Vasco da Gama em direção às Índias.

O *Echo Lusitano*, em dezembro de 1883, foi para as ruas sob os auspícios da “comemoração do 243º aniversário da gloriosa Restauração de Portugal”. Tratava-se de uma publicação que comemorava o aniversário do final da União Ibérica, ou do período de “Domínio Espanhol” sobre Portugal, ocorrido em 1640, quando o país resgatou sua autonomia, através da restauração de um soberano português ao trono, iniciando-se a Dinastia de Bragança. O jornal rio-grandino recontava, com profunda fé patriótica, cada um dos episódios que marcaram tal evento. Foi, assim, uma edição contendo diversos textos em prosa e verso, de autoria de alguns dos intelectuais daquele momento, enaltecendo a “civilização” portuguesa e aquela data. Desse modo, foram publicados textos como “Primeiro de dezembro de 1640”, “1640”, “Memorável data”, “Conjuração Portuguesa”, “Restauração de Portugal” e “Salve data gloriosa”, todos girando em torno do mesmo assunto – a emancipação portuguesa e a valorização dos “feitos” da nação lusitana.

Dentre os diversos pronunciamentos, afirmava-se que aquela data constituía uma dessas epopeias, um desses acontecimentos que se assinalavam, a maior parte das vezes, trazendo poderosas quantias ao futuro político e intelectual das nações, alimentando as esperanças que acompanhavam os lutadores engrandecidos em generosos e heroicos princípios, proclamando-se “honra aos bravos de 1640”. Manifestava-se também a admiração para com Portugal e, ao correr as páginas de sua história, o “lance o mais brilhante de seus feitos gloriosos”. Explicava-se ainda que o aniversário do 1º de dezembro de 1640 era um dia de gratas recordações para todos aqueles que pugnavam pela propaganda da liberdade, já que, àquela época, a opressão matava a seiva dos nobres cometimentos e Portugal caminhava para a sua ruína, quando, naquela data, ouvira-se um grande alarido que, abalando Castela, vinha firmar a reconstrução da nação portuguesa. A busca pela união da comunidade lusa em torno daquela comemoração pode ser observada a partir da declaração que a mocidade lusitana residente



na terra dos Palmares, prestando homenagem de admiração à data que simboliza a restauração política da terra dos Sanchos e Dinizes, cumpria só um “dever sagrado”<sup>34</sup>.

A colônia portuguesa ainda organizou, no Rio Grande, o *Pró-Pátria*, publicado a 20 de maio de 1898. Tratava-se de um “número único comemorativo do 4º Centenário do descobrimento do caminho marítimo da Índia”, tendo na primeira página um retrato de Vasco da Gama e um trecho dos *Lusíadas*. Compunha-se de diversos textos que glorificavam aquela data e os “valores e feitos” do povo português, realizados por diversos autores, representando a intelectualidade local do momento. Assim, apareciam textos como “Ao legendário povo português”, “A epopeia marítima lusitana”, “Vasco da Gama na história do mundo e na história da pátria”, “Portugal no século XV”, “Os portugueses do passado e do presente”, “Portugal e seus heróis”, “A grande descoberta”, “Salve”, e “Glória”; em um misto de levantamento histórico e enaltecimento cívico.

A publicação destacava ainda o Programa das festas a realizar, na cidade do Rio Grande, República dos Estados Unidos do Brasil, pela colônia portuguesa, com espontânea e generosa adesão da sociedade brasileira e dos poderes públicos em comemoração ao quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo da Índia, pelo imortal navegador português Vasco da Gama, realizadas naquele mesmo 20 de maio, com salvas de tiros, missas, “suntuosas regatas”, sessão solene literária e musical, além de embandeiramento das ruas e músicas percorrendo a cidade e em três coretos. Noticiava também o envio de telegramas de felicitações a Portugal, emitidos por uma comissão executiva formada no intuito de organizar as comemorações. Dentre as odes de enaltecimento publicadas pelos jornais, afirmava-se que, se Portugal não pudesse causar admiração geral pelos vultos gloriosos que tinha mais recentemente produzido, bastariam para merecer sempre um profundo respeito dos povos cultos as memórias gloriosas daqueles reis antigos, daqueles apóstolos intrépidos, os quais teriam

<sup>34</sup> ECHO LUSITANO. Rio Grande, 1º dez. 1883.

dilatado a fé e o império, prodigalizando, com suas “façanhas”, um assunto grandioso e sublime para que Camões, o “maior épico português”, pudesse, em versos esplendorosos, cantar as “glórias da sua pátria”, apresentando à humanidade o “mais soberbo dos poemas”<sup>35</sup>.

Dessa forma, essas publicações demonstravam a tradição da colônia portuguesa em cultivar as “heranças”, os “feitos históricos” e as datas cívicas da “Pátria-Mãe”, e, através desta, a intenção de manter mais um elo na busca de unidade e integração como grupo organizado. Nesse sentido, cada uma destas datas servia para homenagens em prosa e verso, destacando as realizações do “brioso povo português”, enaltecendo uma “terra de bravos”, uma “pátria de heróis e guerreiros”, um “solo de glórias brilhantes”, o qual teria visto surgir “vultos possantes da história”, os quais viveriam na memória, devendo-se salvar o passado e o porvir<sup>36</sup>.

## Identidade e assimilação

Assim, na virada do século XIX, na cidade do Rio Grande, a colônia portuguesa intentou garantir alguns laços de identidade que unissem seus membros como um grupo razoavelmente coeso e mantivessem uma ligação com a sua pátria de origem. A partir da república e nas décadas seguintes, esta identidade sofreria um processo de crescente desgaste, tendo em vista as constantes tendências assimilativas, no que tange à cultura dos imigrantes no Brasil. Nessa perspectiva, naquela época, a comunidade portuguesa manteve alguma ligação com a cultura e sociedade de origem apesar das pressões no sentido da assimilação, as quais se tornariam cada vez mais incisivas, e guardou alguma forma de identificação étnica, por mais que os laços com seus países de origem estivessem se diluindo. As tentativas de aculturação, assimilação ou absorção cultural não impediram a persistência do

<sup>35</sup> PRO-PATRIA. Rio Grande, 20 maio 1898.

<sup>36</sup> ECHO LUSITANO. Rio Grande, 1º dez. 1883.

componente étnico da identidade social dos imigrantes e seus descendentes, por mais que eles estivessem integrados à nova sociedade, de modo que, para a maioria deles, a identidade étnica era relevante, pois indivíduos com a mesma origem tendem a formar grupos étnicos mais ou menos organizados<sup>37</sup>.

Essa busca pela manutenção de uma identidade, utilizando-se da imprensa para atingir esse objetivo, seria típica do período entre as décadas de setenta do século XIX e o primeiro decênio da centúria seguinte, já que, depois dessa época, os jornais rio-grandinos ligados diretamente à colônia portuguesa tenderam a perder espaço e desaparecer. Isso refletia o próprio incremento ao processo de assimilação cultural dos estrangeiros e seus descendentes, tendo em vista as constantes tendências nacionalistas que tomariam conta do cenário político nacional e que levaram em frente, e com veemência, o intento de eliminar os focos de diferenças culturais, as quais, segundo tal perspectiva, ao contrário, deveriam ser absorvidas e homogeneizadas no conjunto de um todo que representaria uma “cultura brasileira”. Os imigrantes portugueses passariam por esse “puro flagrante de abasileiramento”<sup>38</sup>, ainda mais tendo em vista as notórias semelhanças entre estes e os brasileiros natos, com língua, religião e formação histórica em comum, o que tornaria aquele processo de assimilação ainda mais direto sobre os lusitanos e descendentes. Isso se verificaria com significativa intensidade no Rio Grande do Sul, onde tanto os meios intelectuais tradicionais, quanto os segmentos tradicionalistas, mais populares, elegeriam o elemento luso como o catalisador para legitimar e plasmar a identidade de um gaúcho, essencialmente rio-grandense e brasileiro, ou seja mais identificado com o nacional/regional do que com o estrangeiro.

Apesar dessa crescente tendência de assimilação/aculturação, o intento de garantir uma certa identidade cultural permaneceu<sup>39</sup>, embora

---

<sup>37</sup> SEYFERTH. p. 79.

<sup>38</sup> LAYTANO. p. 119.

<sup>39</sup> Como manifestações desta permanência podem ser citadas: as associações

tenham mudado os critérios usualmente empregados para marcar as identidades étnicas, os quais se tornaram mais simbólicos do que fundamentados numa diferenciação cultural real para muitos grupos<sup>40</sup>, em manifestações bem mais ligadas, por exemplo, ao folclore. Porém, naquela virada de século, era direta e objetivamente declarada a intenção dos portugueses de garantirem sua identidade lusa. Dessa maneira, os jornais publicados pelos membros da colônia portuguesa, na cidade do Rio Grande, serviram para atender aos propósitos desse grupo, utilizando a imprensa como veículo de divulgação de seus intentos organizativos e assistencialistas e na defesa de seus interesses. Enaltecendo, através das folhas, o “valor” dos colonos originários de Portugal, os “feitos históricos” dos portugueses, as “heranças” da “civilização” portuguesa para o Brasil e para o mundo e as datas cívicas daquele país, bem como divulgando notícias sobre Portugal, os integrantes da colônia intentavam encontrar na memória coletiva e no saudosismo com relação à “Pátria-Mãe” o elo ideal para motivar e desenvolver o espírito de associação entre seus membros. O estudo desses jornais permite desvelar, ainda que de forma fragmentária, alguns dos detalhes que marcaram a construção de tais identidades<sup>41</sup>.

---

recreativas e culturais, por mais que tenham sido modificadas, também permanecem, em muitos casos, como locais onde as identidades étnicas são atualizadas. O exemplo mais significativo é o das casas regionais portuguesas no Rio de Janeiro (bem como em outras cidades brasileiras, inclusive no Rio Grande), que proporcionam não só o convívio entre pessoas de mesma origem, como procuram estimular as manifestações da cultura portuguesa, como forma de marcar simbolicamente a pertinência ao grupo étnico português. Apesar de a ideologia étnica exprimir certo grau de assimilacionismo, propondo a integração dos portugueses à sociedade brasileira, são também resguardados alguns elementos de identificação étnica, inclusive a identidade “português” isto é, uma assimilação que não supõe a perda da identidade étnica e da cultura portuguesa (SEYFERTH. p. 92-93).

<sup>40</sup> SEYFERTH. p. 94.

<sup>41</sup> Texto adaptado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. A colônia portuguesa na cidade do Rio Grande: fragmentos de uma identidade. *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000. v. 26. n. 1. p. 107-129.

## O LUSITANO

Um dos representantes da imprensa de origem lusa na cidade do Rio Grande foi *O Lusitano*, o qual se apresentava em seu cabeçalho como um periódico hebdomadário que construía um órgão da colônia portuguesa. Era editado sob a direção de Rodolfo Pestana e sua assinatura trimestral custava 3\$000, com pagamento adiantado. Tal folha era impressa na tipografia do *Comercial*, tradicional periódico rio-grandino voltado notadamente às lides mercantis. Dentre as matérias publicadas no *Lusitano*, foram transcritas aquelas que mais direta e intimamente tinham relação com o contingente de portugueses residente no sul do Brasil.

A primeira matéria tratava-se de um editorial que abordava a relevância das instituições assistencialistas para os emigrados lusos que encontravam adversidades em terras brasileiras, assim como acusava que, na cidade do Rio Grande, uma das instituições que deveria realizar tal papel estaria falhando na execução de suas atribuições. A outra é representada pela segunda parte de um artigo de continuidade (cujos exemplares remanescentes não permitem contato com a primeira), no qual o periódico denunciava a ineficiência da maioria do corpo consular lusitano a serviço no Brasil, exigindo providências de parte do governo. Na terceira, o jornal movia campanha em prol da escolha de um cidadão de nacionalidade portuguesa para a ocupação de cargo consular na vizinha cidade de Pelotas, posicionando-se contrariamente à escolha de um estrangeiro, mormente por existirem

possíveis quadros no seio da própria colônia lusa. Dentre as outras matérias não transcritas, apareceram temas como ministério português, independência açoriana, e ainda as notícias do interior e do exterior, além da inclusão de um folhetim ao pé da página.

## **Sociedades beneficentes (edição de 15 abr. 1878)**

É na realidade muito considerável o número de portugueses que vivem neste império e trabalham em variadas profissões. A emigração portuguesa é a que aflui mais contínua e em mais larga escala, não engajada e contratada, como a dos alemães, austríacos e italianos, que têm vindo para as províncias do sul, mas livre, espontânea e trazida unicamente pelas relações de parentes e de amigos e maridos, pelo desejo de mais próspera sorte.

Lutam os portugueses mais do que uma vez com extraordinárias dificuldades. Umhas vezes não encontram fácil e prontamente trabalho do que possam obter honesta subsistência, outros a doença acomete-os logo após a sua chegada ou os faz desembarcar já enfermos e inábeis para trabalhar.

Outros, depois de alguns anos de incessante labutar, vêm-se imprevista e repentinamente reduzidos às mais deploráveis condições.

Em todas as cidades principais do Brasil, a filantropia dos portugueses instituiu associações de beneficência e estabelecimentos de caridade, onde os recém-chegados e desvalidos encontram amparo, auxílio e proteção.

Principalmente no Rio de Janeiro, onde é mais numerosa e importante a colônia portuguesa, e onde ela criou notáveis estabelecimentos de caridade, se revela de modo evidente e realmente admirável a mais generosa dedicação em socorrer os nossos compatriotas.

Haja vista o (...) que se sempre se manifesta (...) socorros quando a (...), nos períodos de recrudescência faz principalmente perigar a vi-

da dos que vêm em busca de trabalho mais prometedor, e na esperança de alcançarem a fortuna.

Aqui, infelizmente, não sucede assim.

O governo português não concede aos seus agentes meios de socorrer os seus súditos, quando eles vêm a braços com a indigência, e, por isso, os vice-cônsules não podem prestar auxílio aos seus patrícios, se não o que lhes ditam os sentimentos particulares.

A única associação portuguesa que aqui existe também não o faz.

É verdade que nos estatutos da sociedade de beneficência está consagrado o honroso dever de prestar socorros e amparos aos nossos compatriotas quando a doença os torne incapazes de trabalhar. Está também determinado que se diligencie empregar os portugueses que estiverem sem ocupação, e se conceda auxílio aos que a doença forçar a regressar ao país natal.

Todavia, se nas leis orgânicas da sociedade de beneficência nesta cidade está estatuído da forma que indicamos, a prática infelizmente não tem sido conforme com aquelas disposições.

Muitos e numerosos casos se têm dado de patrícios nossos, que por incapacidade física para o trabalho se viram reduzidos à miséria, terem necessidade de estender a mão à caridade pública, ou de irem pedir um leito no hospital da misericórdia. Outros, a quem a enfermidade imperiosamente obrigava a voltarem ao solo da pátria, não podendo dos agentes consulares obter auxílio de espécie alguma, não conseguindo também da sociedade de beneficência mais do que palavras de consolação, viram-se também na dura necessidade de implorar de porta em porta uma esmola, que lhes desse meios de pagar a passagem até o seu país.

Não se tem dado estes casos unicamente com indivíduos estranhos à sociedade portuguesa de beneficência, mas alguns como sócios dela. Do número daqueles infelizes não fizeram parte somente indivíduos incorrigíveis, vagabundos e ociosos; também entraram nele muitos a quem apenas o acaso de uma enfermidade ou acidentes imprevistos levaram ao extremo da necessidade.

É uma vergonha isto, tanto maior que em todas as associações portuguesas de caridade, nos outros lugares deste império, se prodigaliza o mais eficaz e generoso socorro a todos os necessitados, nossos patrícios, quer eles sejam, quer não sejam membros dessas sociedades.

Urge, por dignidade e conveniência, dar-lhe remédio tanto quanto possa razoavelmente ser, e empregar todos os esforços para que se cumpra o que está determinado nos seis parágrafos do primeiro artigo da nossa sociedade de beneficência.

## **Os agentes consulares II (edição de 15 abr. 1878)**

Não nos cansaremos a clamar por uma reforma radical no corpo consular português no Brasil.

Clamamos em vão, bem o sabemos. As nossas vozes, por muito débeis, não chegarão talvez a ser ouvidas pelos poderes competentes.

Não importa, porém. A convicção de termos cumprido o nosso dever, deve servir-nos, e serve-nos com efeito de compensação à improficuidade dos nossos esforços.

E, daí, quem sabe?... O mundo não é propriedade exclusiva dos que o governam. Os governados têm também o direito e o dever de concorrerem com o concurso de sua inteligência; ainda que débil, e de sua boa vontade e patriotismo para o progresso da pátria, como para o bem-estar de todos os seus filhos.

É possível, pois, que, apesar do nosso fraquíssimo ou nenhum valimento, possamos com estas ligeiras considerações despertar em outros, que podem mais do que nós, a ideia de reclamar pela reforma do nosso corpo consular neste vasto e opulento país.

Enquanto não se realizar essa aspiração de todos os portugueses dispersos por esta extensa zona chamada Brasil, diremos sempre:



Os cônsules portugueses no Brasil, com raras e honrosas exceções, são representantes de Portugal, mas não representam os legítimos interesses dos seus compatriotas.

São representantes de Portugal, porque nessa qualidade gozam as imunidades inerentes a esses cargos, que lhes satisfazem a fofa vaidade de diplomatas em miniatura.

Não representam os legítimos interesses portugueses, porque esta é missão mais pesada e incômoda, e porque nesta época essencialmente egoísta, o espírito humano é inteiramente avesso a atos de abnegação e desinteresse.

No Brasil temos cônsules portugueses completamente inúteis, para o fim de que devem curar.

Alguns há que parecem até envergonhar-se de representarem seus país em certas solenidades oficiais. E pelo que toca a interessarem-se pelos cidadãos sob sua proteção, nem vale a pena falar nisso. A indiferença é o principal característico dos nossos cônsules e vice-cônsules.

Se o governo quer ter nos portugueses residentes no Brasil, poderosos auxiliares de prosperidade da Mãe-Pátria, mais ainda do que o tem sido até aqui, mande novos cônsules, ou nomeie para esses cargos cidadãos como o cônsul geral que há meses deixou a capital do império e regressou a Portugal.

Enquanto esse, ao despedir-se, recebeu da riquíssima colônia portuguesa do Rio de Janeiro, importantíssimas provas de consideração e apreço, outros há que, ao deixarem o cargo, recebem, no silêncio mais significativo, as demonstrações mais eloquentes da indiferença que lhe votam seus compatriotas.

A razão é que, enquanto aquele era um funcionário patriota, zeloso e dedicadíssimo à defesa dos seus patrícios, estes cuidavam apenas dos seus interesses, deixando os do consulado no mais completo abandono.

## **A nomeação do cônsul português em Pelotas (edição de 9 set. 1878)**

Cessaram felizmente na imprensa as publicações sobre este assunto.

Parece que afinal convenceram-se da falta de razão de suas pretensões os que pugnavam pela nomeação do ilustrado Sr. Dr. Leopoldo Antunes Maciel.

Ainda bem que se fez a luz no espírito desses compatriotas.

Era uma causa ingrata, antipatriótica a que advogavam com tanto calor.

Portugal não precisa felizmente recorrer a estrangeiros, para que o representem perante as nações amigas.

Na América e no Brasil especialmente, é numerosa a colônia de seus filhos, e se entre estes não abundam as ilustrações, há, todavia, muitos homens inteligentes e dotados de suficiente senso prático para exercerem e assumirem a responsabilidade das funções consulares.

As grandes nações da Europa são nesta cidade do Rio Grande representadas por seus súditos e, à exceção do cônsul inglês, todos os outros são comerciantes, sem outros títulos para representarem oficialmente seus países, a não ser a sua inteligência, o seu bom senso, patriotismo e boa vontade.

Entretanto, nenhuma dessas nações conta no Rio Grande tantos súditos como portugueses há em Pelotas.

Mas é que nós portugueses somos quase sempre os primeiros a desacreditar o que nos pertence, considerando-nos inferiores aos estrangeiros, acarretando o ridículo sobre nossa pátria e colocando-a sempre em posição humilhante.

A prova aí a temos na ideia que surgiu em Pelotas de nomear-se um brasileiro cônsul português, quando na imensa colônia portuguesa há tantos cavaleiros no caso de desempenharem perfeitamente aquele encargo.

Uma colônia que levantou um edifício importante como o Hospital de Beneficência Portuguesa, e que sustenta com tanto brilho e patriotismo esta instituição, não tem em seu seio um homem nas condições de servir de vice-cônsul!

Que isto se diga em conversas particulares, admite-se; mas que se escreva e publique pela imprensa, é intolerável e custa a crer que sejam portugueses que assim procurem desairar o seu país.

A maior parte dos nossos patrícios estão ainda eivados do prejuízo que prepondera nos costumes de Portugal e Brasil.

Para eles os dotes intelectuais são propriedade exclusiva dos bacharéis.

Quem não tiver um pergaminho de doutor em leis ou em medicina, não está apto para certas funções sociais.

É um erro, um verdadeiro anacronismo sem razão de ser nestes tempos, mas que, enfim, só com o decorrer dos anos e com os influxos da civilização se conseguirá extinguir.

Já dissemos que em Pelotas há muitos cavalheiros portugueses aptos para desempenharem as funções consulares, e com efeito assim é.

Podemos mencionar alguns, como sejam os Srs. Miguel Pinto Rego, Antônio Francisco da Rocha, Joaquim José Pereira Pena, Rodrigo Lemos, Antônio Ferreira Ramos, Manoel Alves da Conceição, Antônio de Souza Gomes e muitos outros.

Qualquer destes pode substituir dignamente o finado José Francisco Duarte, porque, além de outros predicados, possuem dignidade pessoal, requisito indispensável ao bom desempenho do cargo.

Há muitas pessoas que não concordam conosco. O que agrada a uns, desagrade a outros.

Mas a razão é que, com bem poucas exceções, todos apreciam os homens aptos para o cargo em questão, segundo a simpatia ou antipatia que lhe votam, e não segundo as suas habilitações e boa vontade de servir.

Se todos os apreciassem sem paixão nem indisposições pessoais, haviam de concluir por afirmar que não há necessidade de recorrer a estranhos, quando entre nós há tanto quem possa servir perfeita e satisfatoriamente.

É provável e mesmo possível que a nossa opinião influa na nomeação do substituto do Sr. José Francisco Duarte.

Embora.

Cumprimos o nosso dever, e ficamos com isso satisfeitos.

Não temos interesse em que a nomeação recaia em determinado indivíduo, pois que não temos candidato a apresentar.

O nosso empenho é que o nomeado seja português, seja ele quem for, visto que sobre seu atos temos o direito de apreciação e o temos de exercer com a máxima franqueza, louvando ou censurando, conforme o seu proceder.

Aí fica, pois, o nosso protesto contra a leviana proposição de que não há em Pelotas um português na altura do cargo de vice-cônsul do seu país.

## ECO LUSITANO

O *Eco Lusitano* constitui um dos mais duradouros dentre os periódicos ligados à colônia lusa, entretanto, restou apenas um exemplar do mesmo. Tratava-se de uma edição especial, em “comemoração do 243<sup>o</sup> aniversário da gloriosa Restauração de Portugal em 1640”, publicada a 1<sup>o</sup> de dezembro de 1883. Serviam como epígrafes para a folha as frases “Liberdade! A natureza toda é um espelho onde a tua grandeza se reflete”, de P. Antônio da Costa e “Deus faz as leis do mundo e o povo as suas”, de Tomás Ribeiro. Como era praxe então nas publicações comemorativas, foi reunida na redação do número especial uma série de representantes da intelectualidade, com textos em prosa e verso de escritores e escritoras, tendo a maioria significativo nível de reconhecimento no âmbito citadino e provincial. Tal presença demonstrava um certo nível de interação com a comunidade local, além da busca pela rememoração da identidade pátria, através do enaltecimento de um passado considerado heroico, inclusive por intelectuais brasileiros.

Todos os textos da coletânea foram transcritos. Um deles era amplamente favorável ao modelo das monarquias liberais, exemplificado por Portugal, em comparação com o sistema autocrático da Rússia czarista, apontando as vantagens daquele sobre esta, enfatizando os avanços da nação lusa e enaltecendo o dezembro de 1640 como uma data libertária. Outro dos escritos era de regozijo ao espírito de liberdade em relação ao jugo espanhol. Aparecia também um texto valorizando a coragem do povo português, com a saudação de um “povo-irmão” re-

presentado pelos brasileiros. Foram editados versos alusivos à data em comemoração, considerada como um marco do “heroísmo lusitano”. No conjunto de artigos houve também um breve texto em homenagem a um dos personagens da Restauração Lusa, João Pinto Ribeiro, heroificando o mesmo e demarcando que o melhor caminho para Portugal poderia ser a mudança na forma de governo, revelando que o jornal abria certo espaço para a pluralidade de opiniões, inclusive as de cunho republicano.

A coletânea era composta ainda por outro conciso texto em homenagem à “epopeia de 1640” e por rápidos versinhos sobre “vultos possantes da história” portuguesa. Outro escrito constituía mais uma saudação ao povo português por aquela data comemorativa, bem como outro consistia em enaltecimento ao dezembro de 1640 em nome dos princípios democráticos. Esteve presente também uma ode à “epopeia” de 1640 e mais versos sobre a conquista da liberdade, além de um extenso poema que buscava descrever relances do cotidiano que levou à revolta de 1640, terminando por trazer uma apoteose ao “valor guerreiro” do povo luso. Foi escrito ainda um texto descritivo sobre o devir histórico luso, com tomada de posição diante de alguns dos personagens, passando pelos episódios que levaram à desagregação da dinastia de Avis, pelo domínio hispânico e, chegando, de maneira glorificadora, ao movimento restaurador de 1640. Outra versão descritiva, mais sintética, abordava os eventos que redundariam naquele dezembro de 1640. No campo da poesia, foi editado um acróstico formando a expressão “Salve data gloriosa”. Em textos curtos, houve uma alusão ao amor pátrio lusitano, expresso nos episódios de 1640 e uma breve saudação aos portugueses pela data em questão. O sofrimento luso até o raiar da liberdade em 1640 foi também exaltado através de versos e, finalmente, ocorria praticamente um resumo das homenagens por meio de uma única palavra – liberdade.

## O gigante e o pigmeu (Portugal e Rússia)

A grandeza de uma nação não resulta da maior ou menor extensão de seu território.

E se assim fosse, a Rússia, que é o Colosso de Rodes do continente europeu, seria o mais adiantado de todos os países.

E, no entanto, no terreno das conquistas democráticas, que a própria Turquia não se dedignou de trilhar, a Rússia representa simplesmente o papel de enorme montanha que uma convulsão geológica houvesse colocado em meio do caminho para impedir a civilização de prosseguir desassombadamente na sua vereda.

Há destes fenômenos - de sistemático emperramento - na vida dos povos.

É grato, porém, reconhecer que, para contrabalançar os efeitos danados dessa impotência que se chama - *inércia* - há o - *movimento* - que é o resultante de uma grande força.

E, por isso, enquanto uns, por um lado, curam de demolir ou de enervar outros, por seu turno, tratam de construir e desenvolver.

Quer-se um exemplo?

- Portugal!

Portugal e Rússia!... uma simples colina diante do Himalaia; uma pequenina nesga de terra em confronto com um território interminável; o infinitamente pequeno junto do infinitamente grande; uma flor e um abismo; uma gota d'água e uma onda; um sopro e um estertor; uma lágrima e uma torrente; um sorriso e uma gargalhada; uma brisa e um furacão!

Dois países originais entre si!..

Como expressão geográfica - uma antítese!..

Como expressão sociológica - duas forças contrárias que se repelem.

Profundamente separados pelos costumes, pelo caráter do povo, pelas tendências, pelas aspirações enfim, acham-se, entretanto, colocados na *reta* dos cometimentos humanos, em um mesmo ponto, de

onde: - um parece querer caminhar para o *fim*, e o outro, reverter para a *origem*.

A Rússia - um deserto de gelo, em que o frio úmido dos polos enerva toda a atividade e dificulta todo o movimento.

Portugal - um recanto de terra, pequeno mas abundante, em que a natureza como que mais e mais se fecunda, quanto mais os homens se comprimem para caberem todos no mesmo território.

Na Rússia - montanhas de gelo, frias, compactas, esterilizadoras.

Em Portugal - montes alcantilados, ricos da vegetação opulenta e luxuriosa do *meio-dia*.

Na Rússia - a inércia da matéria. . .

Em Portugal - o movimento da vida.

A Rússia - uma teta estéril de mulher clorótica. . .

Portugal - um seio entumecido de mãe saloia.

Um poeta disse que: *Portugal era o jardim da Europa, à beira-mar plantado*.

Da Rússia bem se pode dizer, parodiando os versos do poeta, que ela é, nos tempos modernos, - *o reduto da tirania, encravado na Europa!*

Com o ser o mais vasto Estado do globo, o império moscovita nem por isso pode ainda libertar-se do predomínio absoluto dos czares, e conserva-se sistematicamente inacessível à influência das reformas sociais e políticas reclamadas pela civilização, como se fora um antro de crimes e de torpezas que conviesse manter eternamente cerrado à luz ofuscante dos progressos humanos.

E, no entretanto, a antiga Lusitânia, impulsionada pelo seu povo cavalheiroso e empreendedor, pelas suas instituições adiantadas e liberais, pelos seus governos patriotas e sábios, prossegue encorajada no caminho de seus destinos, enobrecida pelas glórias do passado e fortalecida pelas esperanças do porvir.

E, enquanto a Rússia - mãe descarável -, minada pelas convulsões intestinas de um povo sequioso de liberdade, manda o seus filhos morrerem ingloriamente nos gelos siberianos; Portugal - mãe extrema -, em plena tranquilidade de uma paz cimentada pelo trabalho, manda



os seus povoarem e civilizarem as possessões africanas, assim como já os mandou, outrora, levantarem do seio da América Meridional o grande e futuroso país, chamado hoje – Brasil!

Num como noutro, há uma luta encarnçada de interesses, em que o poder constituído procura inutilizar a ação benéfica das doutrinas igualitárias, que penetram no espírito e no coração dos povos pela grande porta da Revolução Francesa e que modernamente procuram universalizar-se.

A diferença, porém, entre estes dois países, em uma tal luta, está nos meios de agir, que, divergindo completamente um do outro, colocam Portugal na posição de um guerreiro moderno que soe fazer ao inimigo toda a sorte de concessões razoáveis, e a Rússia, na de um selvagem, que supõe vencer definitivamente, exterminando o antagonista.

Assim é que, ao passo que, na Rússia a dinastia de Holstein Gottorp procura firmar-se por meio do terror e da violência, do assassinio em nome da lei e das deportações em nome da segurança do trono; em Portugal, a dinastia Bragantina, esforçando-se por harmonizar os princípios obsoletos que representa com as exigências da democracia moderna, busca cimentar-se na opinião, transigindo com as tendências da sua época e restituindo ao povo, quanto possível, o gozo das regalias que, de direito, lhe pertencem.

Consequência:

– Na Rússia – colosso, o atraso das instituições; o trono detestado; o governo temido; os reis espedaçados; o povo desesperado, contendo dificilmente a sua cólera e conspirando para destruir a tirania; a ignorância, caracterizando as massas e rebaixando o nível intelectual da nacionalidade; o fanatismo obcecando os espíritos; as artes – abandonadas; a indústria – desprezada; as ciências – proibidas; o comércio – entorpecido; a agricultura – desamparada, e por sobre todo este montão de ruínas – um povo militarizado, mecanizado pela disciplina, brutificado pelo medo.

- Em Portugal - justamente o reverso deste quadro desolador: as instituições progridem; o trono se fortalece; os governos se fazem estimar; os reis são aplaudidos pelas multidões; o povo vive feliz, entregue aos seus labores e promovendo a prosperidade da pátria; a instrução se difunde e eleva o nível intelectual da nacionalidade; a crença fortalece os espíritos; as artes - prosperam; a indústria - progride; as ciências - popularizam-se; o comércio desenvolve-se; a agricultura se opulenta, e, por sobretudo isto, que é muito, que é admirável, um povo civilizado, consciente de seus direitos e cumpridor de seus deveres!

Pode-se, pois, afirmar alta e solenemente que, ao menos em relação a Portugal e à Rússia, está praticamente consagrada aquela sentença eminentemente democrática de Jesus: - *os últimos serão os primeiros*; sentença que tanto mais se impõe como verdadeira, quanto é certo que se celebra hoje uma data imortal da história portuguesa, pela qual se chega facilmente à evidência de que mais podem o direito e a justiça do que a força e a violência.

Com efeito, foi em 1640 que um punhado de homens, reduzidos e fracos quanto ao número, porém fortes e decididos quanto ao pensamento a que obedeciam, destruiu para sempre o terrível poder de Castela, livrando o povo português do jogo espanhol que o afligia e vexava desde a morte do cardeal-rei D. Henrique, em 1580.

O solo da pátria, calcado havia 60 anos pelo estrangeiro audaz e vingativo, ambicioso e cruel, viu-se de repente expurgado de todos os seus males e como que ressurgiu, poderoso e invencível, para as conquistas brilhantes da liberdade e do progresso, ao aceno patriótico dos 40 restauradores.

Tinha sofrido muito na provança, mas não se envilecera. . .

Subsistia aos desastres, orgulhoso ainda das suas glórias e esperançado de seu futuro.

Revia-se no seu passado, e remontando-se à época que o Mestre de Avis firmava a independência de Portugal, ameaçada por Castela, passava em revista os esplendores daquele período brilhantíssimo de

descobertas e conquistas gloriosas, que, começando na tomada de Ceuta, acabara infelizmente em Alcácer-Quibir.

Todas as potências da terra que haviam admirado o seu valor e a sua sabedoria, sujeitaram-se passivamente ao seu domínio; os mares eram dominados pelos seus navegadores; Fernão de Magalhães e Sebastião Cano, fazendo a primeira viagem em volta do mundo, demonstravam a toda à luz a esfericidade da Terra; as portas do Oriente abriam-se ao seu aceno ao convívio das nações, e do continente americano levantava-se, por seu esforço, um país novo, que devia, dentro em pouco, tornar-se grande e independente.

E Portugal, restaurado, livre dos seus dominadores, cheio de força e de coragem, lembrava-se de tudo isto, e atirava-se de novo e resolutamente à luta, onde até hoje tem sabido mostrar o vigor de seu braço e a energia de seu temperamento.

No dia em que o povo português festeja a data, que na sua própria história, determina, por assim dizer, o renascimento de uma pátria livre das ruínas de uma nação conquistada, seja-me lícito, a mim, brasileiro e rio-grandense, admirador de tudo quanto é nobre e justo e glorioso, deixar nestas toscas linhas a expressão das minhas homenagens à grande nação, cujo nome está faustosamente gravado nas páginas da História Universal.

Assim procedendo, acedo a um convite honrosíssimo e obedeço a um ditame de justiça.

Cumprido o meu dever, volto à quietude da minha obscuridade, a cogitar ainda nos variados fenômenos que, entre as nações modernas, fazem da maior – a Rússia – um pigmeu, e da mais pequena – Portugal – um gigante.

Rio Grande, 1º de dezembro de 1883.

*Artur Rocha.*

## **A festa da liberdade – frases soltas**

Cevaram-se os corvos famintos no esqueleto da pátria de rojo pelo chão!

Tripudiava sobre a estátua abatida da liberdade um povo inimigo e fero, açulado pelos execrandos Felipes e pelos Olivares odiosos.

A noite do espírito cerrou-se fúnebre e medonha sobre todos os cérebros; caíram as prerrogativas; emergiram-se num pélago profundo as garantias, os direitos, a liberdade dos heroicos lusitanos.

Iniciou-se o reinado da tirania, do crime e do vampirismo.

Portugal jungido ao carro do hispano Apolo, estava entregue aos caprichos do assassino de Carlos IV.

Por isso, os manes dos Gamas, dos Viriatos, dos Albuquerque e dos Castros estremeceram em seus túmulos, e tentaram sorver de novo essa vida que tantas vezes arriscaram pelo trono e pelo rei.

Vão esforço!...

Lá fora, muito ao longe, onde se revolvía a podridão da matéria, sufocavam-se os pensamentos no íntimo, bem no íntimo, para não chegarem aos ouvidos dos intrigantes, ou dos demônios sagrados do Santo Ofício.

Reboava nos ares uma tempestade de ódios que se chocavam com estrídulo.

De cada choque, resvala uma vítima pra o túmulo.

Um dia, solene dia, o velho leão das quinas, sacudindo o torpor que o invadira, fez vibrar sonoramente o aço das cadeias que o algemavam...

Logo, um uivo longo, estrídulo, sonoro, impossível, semelhante o ulular de um esôfago vulcânico, atroou a amplidão!

As mães apertaram os tenros filhos de encontro ao seio; as esposas enlaçaram com os níveos braços o pescoço dos maridos; e os guardas fiéis do trono, as sentinelas avançadas da realeza, ciosas dos seus brios, feridos no âmago, frementes de vingança, sentiram tilintar dentro das bainhas as espadas gloriosas.

Não era, porém, a trombeta inimiga que chamava a campo os soldados das quinias.

Era o grito estrídulo de almas desesperadas pela liberdade; era o brado hercúleo dos conquistadores dos mundos que tinham jurado sepultar-se nas ruínas da pátria, se não conseguissem arrancar o pendão de Castela, dos píncaros de suas nobres e vetustas fortalezas; era em suma o sinal dado pra inundar de luz, de vida, de alegria, de entusiasmo, de flores, de risos, aquele heroico povo atulhado nas ruínas de um reino prostituído, lázaro, corroído até a medula, como o caráter de Felipe Católico! . . .

A esse grito uníssono a onda humana precipitou-se de sabre em punho, para assinar com o sangue espanhol o decreto de sua restauração.

Ante essa impetuosa corrente cedeu a covardia!

E o sol que iluminara a garbosa frota de Cabral, em 21 de abril de 1500, raiou com fulgente brilho, deslumbrante, imponente, sobre os pórticos do palácio do duque de Bragança.

---

A mocidade lusitana residente na terra dos Palmares, prestando homenagem de admiração à data cívica que simboliza a restauração política das terras dos Sanchos e Dinizes, não cumpre só um dever sagrado.

Arroja às faces da prepotência dos usurpadores, o mais solene protesto pela fereza que a história já condenou, e prova ao mundo o civismo de seus nobres corações.

Saúdo o *Congresso Português D. Luiz I*, do Rio Grande, como um arauto sagrado das brilhantes epopeias da sublime pátria de Camões – o majestático semideus do impossível!

Pelotas, 23 de novembro de 1883.

*Artur Toscano.*

#####

Das páginas de brilhantes tradições que ressaltam na história de todos os povos civilizados, formam-se as grandes epopeias destinadas à posteridade.

A data de hoje constitui uma dessas epopeias, um desses acontecimentos que se assinalam, a maior parte das vezes trazendo poderosas garantias ao futuro político e intelectual das nações, alimentando as esperanças que soem acompanhar os lutadores engrandecidos em generosos e heroicos princípios.

Para a pátria de Camões surgiu o dia 1<sup>o</sup> de dezembro de 1640, qual um esplêndido meteoro, e eu seu imenso fulgor mostrou ao universo inteiro a coragem, e o espartano denodo de nossos irmãos de além-mar.

Proclamada a independência do velho mundo, reabilitados, de posse de seus legítimos direitos, os valorosos lusos puderam hastear a gloriosa bandeira que ufana e garbosa se tem muitas vezes circundado de lauréis para saudar as inúmeras conquistas de que se orgulha o grandioso berço de Pombal.

Honra aos bravos de 1640.

Sinceramente entusiasta do brioso Portugal, de coração exulto ante a lembrança de seus triunfos, congratulando-me com a colônia portuguesa pelo feliz aniversário de sua restauração política.

*Revocata H. de Melo.*

## **1<sup>o</sup> de Dezembro de 1640**

Data imortal! aureola refulgente –  
Que circundas o escudo português!

Tu és a grande amostra de altivez  
Da lusitana e denodada gente -

Que, num esforço heroico e alipotente,  
Num rápido momento, cair fez -  
Do despotismo a negra hediondez  
P'ra se tornar, enfim nação valente!...

Salve! oh data imortal e gloriosa -  
P'ra lusitana gente que orgulhosa -  
Te conserva gravada na memória!

Salve! padrão sublime de heroísmo  
Que assim lebras-te ao mundo o patriotismo  
Dos teus heróis e criados pela glória!...

Rio Grande, 1883.

*Tercília Nunes.*

## **João Pinto Ribeiro**

As revoluções precisam de um braço de ferro que as dirija: de uma grande cabeça que planeje os meios de se chegar a um fim desejado.

Foi o que não faltou a Portugal em 1640 - quando esse país liberta-se heroicamente do pesado jugo de Castela.

A figura eminente de João Pinto Ribeiro destaca-se no grupo dos libertadores da pátria.

À atividade incomparável desse homem - à sua extraordinária inteligência e força de vontade, deve Portugal em grande parte, a página gloriosa de 1640.

E que de bem não fruiria essa nação, se em vez de eleger um rei, proclamasse a república, colocando o governo aquele que a poderia elevar ao pináculo da civilização?...

Talvez que o Portugal de hoje caminhasse ao lado da grande República Norte-Americana.

Rio Grande, 83.

*P. de Almeida.*

## **Primeiro de Dezembro de 1640**

Portugal dormia vencido sob o jugo de Espanha.

Ouvia ressoar ainda, ao longe, o eco das façanhas gloriosas dos Gamas, Albuquerque e Cabrais.

Era o leão que adormecera placidamente, depois da luta sangrenta em que fora vencido.

A opressão matava a seiva dos nobres cometimentos e Portugal caminhava para a ruína.

D. Antônio, depois de ter salvo das máculas do inimigo o estandarte de sua pátria, fora guardá-la junto ao seu coração de patriota, onde chegavam os gemidos lastimosos de Portugal agonizante.

No dia primeiro de dezembro de 1640 ouviu-se um grande alarido que, abalando Castela, vinha firmar a reconstrução da nação portuguesa.

O leão afiara as garras e se atirara à lusa, prostrando por terra os seus inimigos.

Portugal era livre!

E o último lampejo das glórias que D. Antônio herdara por seu procedimento heroico era transmitido a João Pinto Ribeiro, digno herói dessa epopeia de luz.

1º de dezembro de 1883.

*F. Bastos.*



#

Portugal terra de bravos,  
Pátria de heróis, de guerreiros,  
Torrão de Almadras, Ribeiros,  
Solo de glórias brilhantes,  
Berços de Cunhas, Coutinhos,  
Vultos possantes da história,  
Que viverão na memória  
De pigmeus e gigantes;  
Permite que entre as coroas,  
Entre os festões multicores,  
As palmas, louros, vítores,  
Que vão-te às plantas cair,  
Em homenagem ao dia  
Que te recorda altos feitos,  
Entrance meus pobres preitos:  
- Salve passado e porvir!

Rio Grande - 1883.

J.

#

A liberdade é a mais bela aspiração de um peito nobre e patriota, portanto sempre que o tempo, esse eterno caminheiro, apontar-nos no seu passar alguma data que nos lembre o triunfo de um povo sobre os seus opressores, devemos saudá-la com entusiasmo.

Hosanas, pois portugueses! Ergamos vivas ao glorioso 1º de Dezembro, e cortejemos respeitosos a memória dos bravos deste inolvidável dia.

Rio Grande, 1º de dezembro de 1883.

Otaviano de Melo.

## 1º de Dezembro de 1640

Portugal, a pátria de tantos heróis, de tantas glórias, no meio da marcha progressiva que o alenta, do seio da paz que o circunda, soleniza hoje o feito mais heroico de sua vida, a data mais gloriosa dos anais de sua existência.

O aniversário do 1º de Dezembro de 1640 é um dia de gratas recordações para todos aqueles que, como nós, pugnamos pela propaganda da liberdade.

Não há peito em que pulse um coração democrata que não sinta entusiasmo ao recordar os feitos desse dia.

Nós, o mais humilde admirador dos feitos desses valentes que romperam os grilhões de 60 anos de sofrimentos, que tiveram os sucessores de Ourique e Aljubarrota, associa-nos ao júbilo da colônia portuguesa desta cidade, neste faustoso aniversário, bradando:

Viva Portugal!

Glória aos restauradores!

1º de dezembro de 1883.

*C. E. Fontana.*

## Memorável data

Quando os povos gemem na opressão e mergulham o estandarte na mais torpe e ignominiosa vassalagem, marca-se-lhe todos os princípios sagrados, com o decorrer dos tempos, porém, ressurgem brilhante, no tope das aspirações o eco da liberdade, como o prenúncio santo de uma conquista perigosa, porém realmente sublime.

Passou Portugal por todas as humilhações! Viu dormir no pó dos tempos a ventura perdida; viu sucumbir uma a uma suas esperanças, sem que no íntimo do coração de seus filhos pudessem extinguir o

fúlgido clarão da grandiosa ideia; sem que morresse por tão largo domínio a crença de uma liberdade futura.

Viu no triclinio vasto da preponderância estrangeira reclinar-se na mais negra atrofia o gênio, o caráter e costumes, oprimidos, pela mão de ferro da inveja. Mas, em um momento dado; mas, em um ápice de tempo, levantou-se grandioso o eco da liberdade, como o astro sorridente no céu puro das grandes constelações e varreu com a luz aérea do infinito o pó negrejante, que marcava o brilho da gloriosa bandeira portuguesa, laureada nas pugnas de tantos séculos.

E ante tanta luz... e ante o fúlgido clarão de uma centelha luminosa, que, como um meteoro, perpassou no solo enlutado de Portugal – reparai: que surgiu como o anjo da vitória, banhado no Jordão da liberdade, o vulto simpático e novel de João Pinto Ribeiro que, com o estilete da vingança, rasgou as fimbrias do despotismo, tocando na moderna arca das atrocidades, como um profeta bíblico, acordando, num jato – a liberdade portuguesa, que como a divina *Mater dolorosa* sucumbiu, sem que de seus lábios partisse um gemido relembrando as suas passadas glórias.

Mas, era ainda o eco dos *Lusíadas* que percorria as fibras descaradas da portuguesa nação, lembrando ao povo, que se não é escravo impunemente!

Eis aí o valor e a medida exata da epopeia! É ela quem anima, seduz, atrai, alegre e entusiasmo as multidões, deixando sempre um rastro de luz, na clâmide dos séculos que perpassam.

Eis porque, eu saúdo Portugal e admiro, ao correr as páginas de sua história, o lance o mais brilhante, de seus feitos gloriosos.

Eis porque saúdo a data que lembra a mais edificante conquista – a conquista da liberdade e a sagração de seus inolvidáveis direitos.

Salve 1640!

Salve Portugal!

Rio Grande – 1883.

C. M.

## 1640

Hosana Portugal! Festeja ufano  
O dia em que te ergueste sobranceiro,  
Arrojando os grilhões do cativoiro –  
Sobre as faces do povo castelhano!...

Assim é que mostraste ao mundo inteiro  
O quanto pode dar o braço humano  
Armado de amor pátrio, soberano,  
Do teu povo altívíssimo e guerreiro!

Na história, sobre – a página dourada  
Com indeléveis traços – tens gravada  
A nobre e em rival heroicidade –  
Com que a tua valente fidalguia,  
Recalcando os grilhões da tirania,  
Fez ressurgir o sol da liberdade!...

Rio Grande.

*Tercília Nunes.*

## Em 1640

### I

Ia fugindo o resto de novembro!  
O frio regelava qualquer membro  
Que se expusesse à forte viração!  
O som do mar, vagava por Lisboa –  
Como que procurando um rumo, à toa,  
Quebrando as ruas numa convulsão.

Via-se ao longe o cume das montanhas  
Por entre a escuridão da fria noite!  
E o vento, num bater de rijo açoite!  
Fustigava a seu modo os arvoredos –  
E assentava em cheio, nos penedos,  
Toda a força que tinhas nas entranhas!

O Tejo deslizava fortemente  
Sobre um lençol de pérolas perdidas,  
Olhando vagamente a Lisboa amada  
E como que chorando o belo tempo  
Em que a via valente e soberana,  
E nunca por estranhos governada.

A populaça, a grande massa indômita  
Que tudo sabe e vê; que tudo olha;  
Que tudo escuta; que tudo cogita,  
Dormia inteiramente descansada –  
Por ter na rua as forças de Castela,  
A segurança horrível da opressão!

Como era tudo triste e solitário!  
Como reinava ali a opressão! . . .  
Que aspecto o de Lisboa – mortuário,  
Que frieza na sua escravidão! . . .

## II

Não estava toda a Lisboa sossegada!  
Velavam os valentes num concílio  
Em que falaram toda a santa noite  
Em prol da liberdade sequestrada!

Toda a noite falaram! Os heróis,  
Cansados do governo de Castela,

Tentaram um peleja, p'ra com ela,  
Partirem – para sempre – os seus grilhões

## III

Já vinha ao longe o despontar d'aurora,  
A luz por tantas vezes desejada –  
E disse D. Miguel de Almeida: “Vamos! –  
Componha, cada um, a sua espada!.. .

Vamos salvar a pátria, oh gênios valorosos!  
Vamos erguer um templo à doce liberdade!  
Vamos, que nos espera a sã posteridade  
Que partamos ou não os crânios odiosos!.. .

Ah! vamos dissipar a força da opressão!  
Vamos! vamos partir a coroa filipina!  
Vamos, que a causa é pura, é mais que cristalina  
Pois queremos dar à pátria nova redenção!.. .

Vamos! Vamos matar Miguel de Vasconcelos  
Que a troco d'ambição vendeu-se p'ra Castela!  
Vamos expô-lo à turba, inerme, na janela,  
E depois, ah! depois.. . são nossos os castelos!.. .

Ah! vamos destronar a duquesa de Mântua  
Que representa, aqui, a força castelhana!  
E que diga um *adeus* à terra lusitana.. .  
Visto que se não deve expô-la pela rua!.. .

## IV

E foram os bravíssimos valentes,  
Representando só quarenta vidas!!.. .  
Que chuveiro de lágrimas queridas  
Não fizeram verter aos seus parentes?!.. .

Quarenta heróis! que braveza!  
Que valentes! que nobreza  
Dos filhos d'aquele tempo!...  
Que coragem inaudita,  
Que ainda hoje nos agita -  
Como raríssimo exemplo!...

É que levava n'alma a são virtude  
De tornarem a praça um ataúde,  
Se decaísse a sua nobre ideia!  
- E não é isto grande heroicidade?  
Não mostraram à nova mocidade  
Que se parte, querendo, uma cadeia?...

## V

Rompera o dia!

As velhas hastes espanholas  
Conservavam-se intactas nas suas molas,  
E andava a sentinela perto da guarita  
Com ares de quem tudo vê, tudo cogita.  
Miguel de Vasconcelos, sobre o seu regaço  
De horrível hediondez, ordenava ao cansaço  
D'um pobre beirão velho - seu criado antigo:  
"Vigia aquela porta, e cumpre o que te digo:  
Eu tenho ocupações d'altíssima valia -  
E não recebo agora a velha fidalguia  
Que queira visitar-me; compreendes bem?  
- Sim, disse o velho, sim!  
Não entrará ninguém.  
E colocou-se à porta o pobre escravo e velho  
Fazendo d'estas ordens rigoroso espelho  
Em que mirava a sua ríspida postura.  
Formava ao todo uns traços de ruim figura.

Nisto chegou Gaspar de Seixas, escrevente  
Do traidor Vasconcelos, apressadamente,  
E não pôde transpor a porta do aposento,  
Detido pelo velho.

“Ah! ah! com que intento  
Estás embarçando a minha entrada aqui?  
Não me conheces? não sabes quem sou?”

“Ali  
Está meu amo, e não quer ser interrompido”  
Seixas, ficou assim um pouco confundido,  
E disse assim ao velho – um pouco a asperamente:  
“Tenho que entrar aqui, impreterivelmente.  
Custe-me o que custar, oh velho carrancudo!”  
E debalde implorou auxílio do testudo!  
“Ah; tenho que lutar p’ra me fazer ouvir?  
Pois lutarei, oh velho!”

E sentiu-se o rugir  
Dois feros contendores, ao que o mau traidor  
Acudiu sobranceiro e feito um grande senhor,  
Dizendo com desprezo: “ah! és tu, Gaspar?  
Não te disseram que ninguém podia entrar?  
Cuidei que tinha algum assalto de inimigos”  
“Tendes, sim, meu senhor!”

“Cerca-vos grandes perigos!”  
“Queres então participar-me coisas graves?”  
– “Gravíssimas, senhor!”

“Alguma coisa sabes?”  
“Sei! sei! . . . temos lá fora indícios de revolta!”  
“Então o que é que viste?”



“Ah senhor! uma escolta  
Disfarçada, composta só de fidalguia?”  
“Não será ilusão?”

- “Ah! não, não! pois eu vi-a  
De arcabuzes, d’espadas, e quem sabe mais!”  
- “Tens cumprido um dever.”

- “Agora, que ordenais?”  
- “Nada preciso agora. Fico-te obrigado.”  
Depois, ficou horrivelmente descorado  
O grande secretário - o varredor da coroa -  
Como quem via já quebrada a sua proa!  
É porque viu tombar, nas sombras do infinito  
O fim do seu reinado -  
Após um grande grito! . . .

Entretanto, ia se agrupando o povo nobre  
Em volta do palácio, como quem encobre  
Um segredo, um mistério, ou uma evolução.  
Era esperada a hora da revolução!

## VI

Ia o sino largando a prima badalada  
Das nove da manhã! . . .  
Eis a hora assentada  
P’ra dar princípio ao sangue!  
E nisto ouviu-se o som  
De um tiro de pistola, sinal de reação!  
Quem foi que deu o tiro?  
Um velho! um ancião,  
Que é D. Miguel de Almeida!!  
E ei-lo com ardor  
Comandando os seus e feito conspirador! . . .

Foi se juntando a turba e foi cercando o paço,  
Enquanto que os valentes, combatendo a braço  
Faziam dissipar as forças castelhanas –  
Que até ali, por mau fado, foram soberanas! . . .  
E depois, oh! depois. . .

É nisto que está a glória! . . .

Ofuscou-se p'ra sempre a página da história,  
Em que pôde escrever Castela sessenta anos  
E disse o povo então:

Oh feras! Oh tiranos!

Ouvi sair do peito, com heroicidade,  
Uníssonos clamor de: VIVA A LIBERDADE! . . .

## VII

Oh meu caro Portugal!  
Tu podes erguer-se altivo,  
Sob um lindo pedestal,  
E dizer às mais nações:  
Eu não vos invejo a glória  
De terdes um dia grande,  
Uma história deslumbrante  
Que assombrem sempre os vindouros. . .  
Não! – que eu também tenho louros  
Em que assento os meus brasões!

Eu tenho as glórias mais santas  
Que pode ter qualquer povo:  
Tenho guerreiros possantes,  
Tenho páginas brilhantes  
Nos *Lusíadas* Camões!  
– Olhai para o meu passado,  
E vede que de conquistas  
Eu componho a minha história! . . .  
O que importa o ser pequeno,

Se eu me posso erguer altivo  
Perante as outras nações?...  
Já fiz verter muito sangue  
Para conquistar um torrão;  
Já confundi sangue mouro,  
(E nisto eu tenho um tesouro,  
Com o sangue de cristão!

Já dei leis ao Velho Mundo  
Dos campos da minha glória;  
Já venci muita batalha,  
Já calquei muita mortalha,  
A troco de uma vitória!

Eu devassei os segredos  
Que o grande mar encobria;  
Já me bati sobre as ondas,  
E mais brincava com as balas  
Quando mais o mar bramia!

Fui um valente guerreiro!  
Ah! que o digam as batalhas  
De Alkibir, de Aljubarrota,  
E a grandíssima derrota  
Que fiz ter na do Salado,  
Em benefício da Espanha!  
Salvei o rei de Castela,

Que era, então, Afonso IV,  
De uma perda inevitável,  
Destruindo com um impulso  
As forças do inimigo,  
Arrastando todo o perito  
Que num combate se apanha!...

Ah! sim! quem é que me ganha  
Numa batalha renhia,  
Com as forças iguais?  
Ninguém! vem já de meus pais  
Esta glória tão querida!..

Venha agora o duque de Alba  
Com seus valentes soldados,  
Ver se encontra conjurados  
Que, em troco de mil cruzados,  
Se levantem pela Espanha!..  
– Tantos anos já correram  
Sem que a mesma se levante  
Num cortejo deslumbrante,  
Pela terra lusitana!..

Ao lembra-lhe Aljubarrota,  
Morre-lhe o sangue nas veias!  
Viu lá tantas coisas feias,  
E a timidez são as peias –  
Com que lhe prendo a ambição!

O Primeiro de Dezembro  
É uma prova frisante;  
Que paisagem tão brilhante,  
Que aurora tão deslumbrante,  
Para o povo português!..  
Rio Grande, 1º de dezembro de 1883.

*Eduardo Lobo.*

## Conjuração portuguesa do 1<sup>o</sup> de dezembro de 1640

Os maiores impérios, no auge da opulência, decaem de um para outro momento, desfeitos em pó, diante dos que lhe sucedem.

Rebello da Silva – *Fastos da igreja*

Grandes e heroicos reis e guerreiros angariam a todo o custo o engrandecimento do país de que são filhos; mas, como os sentimentos e ânimos diferem de homem para homem, outros os sucedem, que, por negligência e pobreza de espírito, neutralizam todos os seus feitos.

Pelejam muito no campo da honra, derramando o sangue com coragem pela sua pátria querida: avulta na vanguarda o satélite incansável, que, com frases ígneas e insinuantes, vivifica as falanges ignaras, guiando-as no burburinho complexo e indizível da guerra. É um número de vidas, que no calor d'ação sucumbe ao perpassar das balas; alguns não morrem, mas ficam inutilizados para toda a vida: pernas quebradas, braços despedaçados, peitos feridos, crânios magoados, córneas vazadas; aqui uma chaga, ali uma incisão, num lugar uma nódoa, no outro uma cicatriz, etc.

Mas, se a lástima e a desgraça consistissem só na perda das vidas, na inutilização dos corpos, não eram elas ainda tão sensíveis; mas, os efeitos deploráveis destas causas, refletem-se nos pais, que perdem seus filhos, e vice-versa, nas mulheres, que perdem seus maridos, ficando no mundo sem proteção forçada, sem conforto no deslizar das lágrimas, no aglomerar das dores, e no rigor das vicissitudes mundanas.

Para que tanta desgraça, para que tanto sangue vertido?! . .

Há só um dever, que tudo justifica, cujas causas são elevadas e nobres:

A pátria é uma mãe política; seus filhos devem respeitá-la, e fazer respeitar, colocá-la no mais alto apogeu, conservar-lhe inabalável a sua autonomia, afrontar todas as injúrias, insultos e aleives, que lhe sejam dirigidos, dando para isto até a própria vida. Quando no labutar assíduo e caloroso dum povo, que, atarefado, se encaminha para o bem e para a glória, surge, por infelicidade sua, após um heroico representante, outro, que é uma literal antítese, um ente sem critério, sem ânimo, sem robustez d'espírito, sem patriotismo, sem crença, rápida vem a anarquia, e sem ela o desmoronamento de um país. Portugal, que até aos fins do reinado de D. Manoel, prosperou com uma atividade admirável, caiu em seguida nas mãos de D. João III, cujo reinado triste e comprometedor, cavou as primeiras ruínas dessa vangloriosa nação.

Para prosseguir sem quebranto a conquista da Índia, relaxou aos mouros d'África quatro das principais praças – Arzila, Alcácer, Safim e Azamor, das quais a falta se tornou muito sensível. A admissão dos jesuítas e introdução da Inquisição, esse desastroso passo de D. João III, é o que mais ridiculariza o seu reinado.

A torpe Inquisição, esse cancro social que tanto flagelou a humanidade, enraizou-se de tal forma em Portugal, que se não fosse a energia gigantesca e o patriotismo do nosso glorioso Marquês de Pombal, talvez, ainda hoje, estivéssemos suportando seus duros e cruéis jugos. Diz-se que a mira de D. João, em introduzir a Inquisição, era mandar missionários para a Índia e Brasil, e de levantar uma barreira ao Luteranismo, que, nessa época, grassava pela Europa.

Daqui partiu o mau regulamento da nação, pois durante o reinado de D. João III, apenas por três vezes se convocaram Cortes, e determinou-se nas primeiras, que dali em diante seriam convocadas de dez em dez anos.

Os horrores da Inquisição ninguém ignora.

Faleceu D. João, sucedendo-lhe seu neto D. Sebastião, por nenhum de seus filhos existirem no tempo de sua morte.

Três anos contava só D. Sebastião, quando seu avô faleceu; por isso ficou governando, como regente, sua avó D. Catarina. Depois, ou por intrigas, ou pelos portugueses não quererem ser governados por uma mulher, governou, também como regente, o cardeal D. Henrique seu tio; o qual, logo que D. Sebastião chegou à idade competente, lhe entregou as rédeas do governo. Tendo sido Mulei Mohammed destronizado por seu sobrinho Mulei Moluco, pediu socorro a D. Sebastião.

Os nobres, os homens de pensar maduro, quiseram dissuadi-lo de ir dar-lhe o socorro pedido; mas, não atendendo ele a nenhuma das razões, que lhe expunham, preparou um pequeno exército, composto da flor da nobreza portuguesa, e partiu.

Deu-se a batalha de Alcácer-Quibir, no ano de 1578.

Os portugueses foram vencidos, e D. Sebastião desapareceu para sempre.

Desgraça sobre desgraça!

A nação mal dirigida desde D. João III, continuada pelas más regências de D. Catarina e D. Henrique, e seguida pelo péssimo, incoerente e desastrado governo de D. Sebastião, via-se de momento a momento enfraquecer, e caminhar para o abismo.

Para cúmulo de desgraça, morreu ou sumiu-se D. Sebastião na África, perdendo o seu brilhante exército, sem deixar um sucesso enérgico, que amparasse Portugal, esse gigante de tantos anos, que então avançava já em meio à estrada, que conduz à perdição.

O povo desanimado e sentido pela perda de D. Sebastião, não sabia o que havia de fazer: depois de várias reuniões e consultas, resolveu aclamar o cardeal D. Henrique.

O fato mais notável deste reinado é o seguinte:

Pretensão à coroa de Portugal.

Oito foram os pretendentes da coroa, a saber: os cinco netos de D. Manoel, – D. Catarina, duquesa de Bragança, D. Antônio, prior do Crato, Manoel Felisberto, duque de Saboia, Felipe II, de Castela, e Reynuncio, príncipe de Parma. – Além destes houve mais – Catarina de Médicis, rainha da França, Isabel, da Inglaterra, e a Cúria Romana.

À vista disto, D. Henrique convocou Cortes em Almeirim; mas nada decidiu relativamente à sucessão.

Estando prestes a transpor os umbrais da eternidade, muito lhe pediram que nomeasse um sucessor português, mas nunca se determinou isso.

Apenas nas segundas Cortes de Almeirim se nomeou uma junta de cinco membros, para governarem o reino depois de sua morte. Pouco depois da morte de Henrique, Felipe II, de Espanha, mandou entrar em Portugal um grande exército às ordens do duque d'Alba; houve convocação de Cortes em Tomar, e ali foi reconhecido rei.

De todos os pretendentes, que houve à coroa, só D. Antônio, prior do Crato, se opôs à usurpação de Felipe, de Castela.

Este heroico e verdadeiro português, não querendo ver a pátria em mãos estranhas, lutou com todo o denodo, para salvá-la: mas, como a força de Felipe era extraordinariamente maior, nada pode conseguir de sua reação, mais do que o nome de patriota distinto.

Grandes e muito grandes foram as opressões que os portugueses suportaram durante o reinado de Felipe I, de Portugal.

Os portugueses não podiam manifestar suas ideias em público, nem levantar sua voz ao pé dos espanhóis, e era-lhes expressamente proibido formarem associações, ateneus, clubes de qualquer qualidade.

Submissos sempre ao rigor infame e brutal dos espanhóis, viviam num martírio constante, numa apoquentação lastimável.

Morreu Felipe I, com 18 anos de cruel reinado, sucedendo-lhe seu filho Felipe II.

Este, não menos rancoroso que seu pai, seguia à risca as suas tradições, se não com alguma alteração a mal dos portugueses.

A única coisa que no seu reinado houve d'importante foi a redação do Código Filipino ou Ordenações Filipinas, por onde ainda hoje se dirige o reino.

Aos 43 anos de idade, findou a sua fúria inumana, com 23 de reinado. Sucedeu-lhe seu filho Felipe III.



Animada a Holanda pelo ódio que tinha a Castela, tentou apoderar-se da cidade da Bahia, no Brasil. Preparou uma armada de trinta e cinco navios, comandada pelo general Vandort, o qual tomou conta da cidade, logo que apareceu em frente ela com tal força. A armada de vinte e cinco navios, comandada por D. Manoel de Menezes, saída de Lisboa, esperou na Ilha de S. Tiago (Cabo Verde) pela armada de Castela, ao comando de D. Fradique de Toledo Osório; e, ambas incorporadas, entraram na Bahia de Todos os Santos.

Desembarcaram quatro mil homens à ordem de D. Fradique, que começaram o sítio da cidade, enquanto D. Manoel atacava por mar.

Os holandeses foram vencidos, e obrigados a entregar a cidade.

Depois pretenderam os mesmos assenhorar-se de Pernambuco, ao que Felipe III opôs grande resistência. Esta guerra só foi concluída no reinado de D. João IV, depois da persistência de quatorze anos, a favor de Portugal.

Durante estas guerras os portugueses estavam sendo dia a dia mais maltratados, sofrendo atrocidades de toda a ordem.

Por uma simples intriga, a justiça de Castela mandava confiscar os bens de qualquer proprietário português, reduzindo-o à miséria. Foi forçoso a muitos andar mendigando pelas portas.

Seguidas as máximas de Felipe I, juntas com as de Felipe II, as vexações e as infâmias, no tempo deste rei, para com os portugueses chegaram ao seu zênite.

Os portugueses não puderam por mais tempo suportar tão cruel jugo. Os principais, animados com os acontecimentos da Catalunha, que se havia rebelado contra Castela, formaram reuniões clandestinas, para expulsar Felipe III; e levantar o grito da independência.

O povo, acalorado pelos grandes, e cansado de sofrer, criou coragem. Preparou-se secretamente a revolução, resolvendo-se aclamar rei D. João IV, duque de Bragança.

No dia 1<sup>o</sup> de dezembro de 1640, ao meio-dia, rebentou a revolução, incorporada por esses quarenta valorosos portugueses, guiados por João Pinto Ribeiro, esse herói de imorredoura glória, e só com a

morte de Miguel de Vasconcelos, secretário d'Estado, mas português degenerado, nela foi aclamado rei D. João IV, com o título de Restaurador.

Felipe III governou em Portugal 19 anos, que completam esses 60 de sujeição portuguesa.

A parte da nossa história que se ocupa da restauração de Portugal do domínio de Castela é a parte mais gloriosa e de mais orgulho para os portugueses.

Ler a descrição dos sucessos do dia 1<sup>o</sup> de Dezembro, em que, primeiro a energia, e depois o valor e glória apareciam nos gestos, nos olhares, e nas palavras dos portugueses, faz experimentar um entusiasmo tão forte, uma alegria tamanha, que não há palavras que a exprimam.

Tocavam as músicas, o hino animador da independência, levantavam-se em voz altissonante – calorosos vivas a D. João IV, à casa de Bragança, ao reino de Portugal, a João Pinto Ribeiro, aos valorosos portugueses da iniciativa, e, enfim, à restauração.

Muitas e assombrosas façanhas fizeram os portugueses durante o seu pelear heroico e contínuo; mas, a de mais gloriosa memória, a mais digna de admiração e respeito, foi a revolução do 1<sup>o</sup> de Dezembro de 1640, já pela rapidez de seu desenvolvimento e acerto de sua construção, e já pelas causas condignas e de merecido louvor, que os obrigaram a suscitá-la.

Salve, pois, dia 1<sup>o</sup> de Dezembro, dia de nossa glória imortal! Salve portugueses dessa data, heróis de imorredoura fama! Salve D. João IV, rei benigno, protetor da pátria! Salve João Pinto Ribeiro, coração nobre, patriota ingente, orgulho de Portugal!

Rio Grande, 1<sup>o</sup> de dezembro de 1883.

*Adriano Augusto de Campos.*

## **Restauração de Portugal**

Como por morte de D. Sebastião não ficasse nenhum sucessor ao trono português, Felipe II, de Castela, fez entrar em Portugal um numeroso exército às ordens do duque de Alba, para serem convocadas Cortes em Tomar, e ali justificar, pela força, o seu direito ao mesmo trono.

Resistiu a esta usurpação D. Antônio, prior do Crato; mas, como sua força fosse muito pequena, nada pode conseguir.

Foi então reconhecido rei, Felipe de Castela.

A ele sucederam-se seu filho e neto, todos do mesmo nome.

Sendo no reinado de Felipe III, mui maltratados os portugueses resolveram proclamar-se independentes.

Preparou-se secretamente uma revolução à testa da qual se arvorou João Pinto Ribeiro, o herói da iniciativa.

No dia 1<sup>o</sup> de dezembro de 1640, rebentou a revolução, cabendo a vitória aos portugueses, e ocasionando a morte a Miguel de Vasconcelos, secretário de Estado, o português traidor.

Foi coroada de tão bom êxito a tentativa dos portugueses, que no espaço de duas horas conseguiram o fim premeditado.

João Pinto Ribeiro, à frente dos rebelados, encaminhou-se para o Paço da Ribeira, onde estava Miguel de Vasconcelos, e penetrou no palácio.

Aflito, Miguel de Vasconcelos, por não ter nenhum meio de salvação, atirou-se por uma das janelas, ficando já bastante molestado, e ali o acabaram de matar.

À vista disto, os espanhóis não opuseram resistência, e D. João, duque de Bragança, foi proclamado rei, com o título de Restaurador.

Houve grandes manifestações de alegria, pomposas vivas a D. João IV; a João Pinto Ribeiro, ao reino de Portugal e à restauração.

O som harmonioso das músicas, misturado com o vozear entusiasta do povo, fazia um concerto maravilhoso.

Nas ruas, nas praças e nos lares domésticos, comemorava-se o

glorioso dia da restauração da nossa liberdade, e comentava-se a felicidade da conjuração.

Assim ficou o reino de Portugal livre das garras da Espanha, respirando o ar puro e santo da liberdade.

1º de dezembro de 1883.

*Antônio F. Cardia.*

## 1640

Eis os faróis deslumbrantes  
Que aos heróis que hoje saudamos,  
Gentis levaram à glória  
Que alegres comemoramos.

entuSiasmo

pujAnça

fideLidade

braVura

nobrEza

denoDo

audAcia

paTriotismo

galiArdia

diGnidade

leaLdade

herOísmo

bRio

altIvez

hOnra

juStiça

vAlor

*P. Monteiro.*

## 1<sup>o</sup> de Dezembro

Quando um povo contempla a pátria agonizante entre os duros grilhões de uma outra nação, transforma-se na luta encarniçada em colérico e furibundo leão. E, à semelhança do mar sanhudo em uma noite de horrível tempestade, ele se levanta ameaçador e feroz e só descansa satisfeito quando os troféus da vitória vêm bafejar-lhe a altiva frente.

E é sublime essa cólera tremenda porque nasce de um sentimento elevado e majestoso – o amor da pátria.

Portugal sob o guante pesado da Espanha, tiranicamente escravizado, durante mais de meio século, espedaça heroicamente as cadeias que o prendiam e aparece ao mundo de frente livre triunfante, sublimemente grande!

E o dia 1<sup>o</sup> de Dezembro inscreve-se na história com caracteres indeléveis!



Assim como a Revolução Francesa foi filha de uma necessidade política e deixou profundamente gravada nos espíritos a ideia da liberdade sempre acessível aos grandes corações, assim também a Revolução de 1640 em Portugal foi igualmente emanada de um sentimento patriótico reclamada pela necessidade absoluta de sua autonomia política como na França, a revolução passou, mas os seus vestígios jamais se apagaram. É que a ideia de nacionalidade é um dogma sagrado para os filhos de Portugal.



Não sou português, e no entanto, sinto pela heroica nação portuguesa, um estremecimento de simpatia que obriga-me a saudá-la entusiasticamente toda a vez que os seus filhos relembram os feitos

estupendos de que foi teatro, a fama imorredoura que enflora as páginas de sua história gloriosa. E no meio dos murmúrios festivos que confusamente partem de todos os lados, eu curvo-me diante do vulto típico de João Pinto Ribeiro, a alma da revolução de 1640.

1º de dezembro de 1883.

*Rufiro d'Almeida Júnior.*

#####

Data memorável e de grata recordação é sem dúvida, a que hoje comemora o povo português, que sente em si o verdadeiro amor patriótico, relembRANDO-lhes a gloriosa revolução em que Portugal recuperou a sua independência, elevando ao trono D. João IV, tronco da dinastia de Bragança, hoje reinante.

Portugal submetido ao jugo do cativo viu um dia raiar o sol da liberdade sobre o seu solo, tornando-se então uma nação livre e independente.

Anuindo D. João decididamente à conjuração que devia dar liberdade a Portugal, escolheu o 1º de Dezembro de 1640 para dar o grande golpe.

Um dos vultos que mais se assinalou por essa ocasião foi João Pinto Ribeiro que dirigiu essa conspiração.

Em sinal de regozijo pelo aniversário de tão gloriosa data, tomo a liberdade de levantar um uníssono viva a mui briosa nação portuguesa! Norte, 1883.

*H. F.*

**1640**

Horas depois, raiava a liberdade.  
Tomás Ribeiro. *D. Jaime*

Ó dor de Prometeu!... Tinta de sangue  
A histórica nação, pálida, exangue  
Eleva o colo aflito...  
A túnica fatal – abraço insano –  
Aperta o grande Nessus lusitano  
Portugal – o precito...!

Rasteja pelo chão ensanguentando  
O estandarte das quinas, apagado  
Como extinto fanal!  
O cadafalso ri – do algoz a sanha  
Tripudia feroz – aplaude a Espanha  
A rubra bacanal!

Medonha provação! A treva, a morte...  
– “Albuquerque terrível, Castro forte” –  
Eis a sorte dos teus!  
Estremeceu nas campas solitárias  
Ó fantásticas tumbas templárias  
Dos mortos briareus!

Que foi! Porém que estranha claridade!  
Que novo mundo abriu-se a novos sóis?  
Esse clarão... – É a luz da liberdade!  
O mundo novo – um Portugal de heróis!

Escutai o clarim... Soa a vitória;  
Acabou-se a opressão, – alta a cerviz,



O povo entusiasta pela glória  
Dá um rei português a seu país.

Galopa a cavalgada triunfante,  
E cerre do país a tirania;  
No estandarte das quinas tremulante  
Lê-se em letras de fogo - *autonomia*.  
1883.

*Leopoldo Chaves.*

#####

No suntuoso pedestal da brilhante glória da briosa nação portuguesa; grava-se indelevelmente a palavra - liberdade. Ela é a única divisa desse glorioso povo que se orgulha em descender do legendário Viriato.

A história que o verifique.  
Rio Grande, 1º de dezembro de 1883.

*Flávio A. Martins.*



## A UNIÃO PORTUGUESA

*A União Portuguesa* foi um periódico rio-grandino ligado à colônia lusitana que tinha razoável padrão editorial e qualidade gráfica, mas não foi duradouro, e de seus exemplares só remanesceu aquele do dia 24 de junho de 1894. No frontispício, o jornal anunciava que sua redação e administração era na Rua General Bacelar, N. 84, um ponto extremamente central no âmbito citadino. Sua assinatura custava 3\$000 (trimestre), 6\$000 (semestre) e 11\$000 (ano). Revelando um alcance que pretendia expandir-se em relação à urbe portuária, a redação informava que, além da distribuição na cidade do Rio Grande, tinha agentes nas localidades gaúchas de Pelotas, Jaguarão e Santa Vitória. Dentre as matérias publicadas pela folha, foi transcrita a matéria editorial voltada a abordar o conflito diplomático luso-brasileiro. O jornal trazia também telegramas diversos, notícias sobre nomeações referentes ao corpo consular luso, um folhetim e diversos anúncios.

Na matéria transcrita, o periódico intentava realizar uma apreciação geral a respeito dos motivos que teriam levado ao rompimento diplomático brasileiro-lusitano. A exemplo do que fez o conjunto da imprensa portuguesa de então, o tópico central foi a documentação levada ao público pelo governo luso. *A União Portuguesa* também transcreveu, resumiu e apresentou o conteúdo de tais documentos, visando demonstrar que os governantes portugueses tinham plena razão em seus argumentos, uma vez que teriam agido de acordo com os ditames do direito internacional, além de sustentarem que a neutralidade fora

a marca registrada de sua atuação. Assumindo a voz governamental, a folha rio-grandina vinculada à colônia lusa não deixava de manifestar preocupação com as repercussões daquela ruptura em relação aos cidadãos lusitanos e enfatizou que seu maior desejo era o imediato reatamento entre as duas nações naquele momento em conflito.

## **Conflito luso-brasileiro – documentos oficiais**

O governo português para provar a correção do seu procedimento na complicada questão do asilo concedido aos revoltosos brasileiros e nos fatos posteriormente ocorridos, apressou-se a publicar no *Diário do Governo* de 15 de maio, a série de documentos relativos aquele acontecimento que, pela sua importância e pela sua gravidade chamou as atenções gerais.

São em número de 156, uns por extrato e outros na íntegra e ocupam 15 colunas da folha oficial. Pela sua extensão é fácil ver que seria absolutamente impossível transcrevê-los em nossa folha. [Passa a fazer referência e à transcrição de alguns dos documentos.]

O telegrama (...) anunciando a ruptura das relações diplomáticas, surpreendeu completamente o governo português, porque além das razões que havia para se supor que o incidente relativo aos refugiados se considerasse próxima duma solução amigável, a atitude do ilustre representante do Brasil em Lisboa não apresentava o menor sinal de esfriamento de relações.

Dias antes, o Sr. Costa Mota, ministro do Brasil em Lisboa, estivera conferenciando com o ministro dos estrangeiros no melhor acordo acerca de várias informações relativas à epidemia de Lisboa, que o ilustre representante desejava enviar para o seu governo afim de cessarem quaisquer providências excepcionais.

A afluência de políticos na Arcada foi extraordinária.

Indivíduos de todas as classes e de todos os partidos procuraram conhecer os pormenores do conflito com o Brasil e a atitude do governo.

Como consequência desta aglomeração, espalharam-se os mais desencontrados boatos, a maior parte sem fundamento.

O presidente do conselho perdeu toda a noite de 14 de maio coordenando todos os documentos que foram publicados no *Diário do Governo*. No dia 15 de manhã foi ao paço expor ao chefe de Estado todos os fatos e ocorrências que se deram nas nossas relações com o Brasil, e declarou ao Sr. D. Carlos que se a saída do ministério podia de alguma forma resolver ou atenuar as dificuldades com o Brasil, punha nas suas mãos a demissão de todo o gabinete.

O Sr. D. Carlos respondeu que tinha toda a confiança no ministério presidido pelo Sr. Hintze Ribeiro.

A resposta da Coroa levou o Sr. presidente do conselho a convocar os seus colegas para uma reunião que se efetuou no paço das Necessidades.

Ao conselho assistiram todos os ministros, presidindo o rei.

Depois de examinados todos os documentos relativos a esta gravíssima pendência, resolveu-se em primeiro lugar investigar sobre a causa que deu origem ao rompimento das relações diplomáticas entre os governos brasileiro e português, rompimento tanto mais inesperado quanto é certo que de 30 de abril até 13 de maio houve entre os dois gabinetes troca de telegramas referentes aos insurretos.

A surpresa da atitude do marechal Floriano é também motivada pelo fato do Sr. presidente do conselho ter recebido do Sr. conde de Paraty um telegrama, noticiando que conferenciara com o Sr. Floriano Peixoto sobre questões quarentenárias, e que ele se mostrara disposto a não prejudicar as relações comerciais com o nosso país, não tomando precauções que ao mesmo tempo eram injustificadas.

Ficou assente ao conselho português restabelecer as relações amigáveis socorrendo-se para isso o governo dos officios das potências aliadas, às quais seria exposta a questão em todos os seus detalhes.

O conselho terminou depois das 5 horas da tarde, voltando para as suas secretárias alguns dos ministros. [Passa a transcrever notícias oriundas de outros jornais.]

O governo português foi intimado oficialmente de que o governo inglês já telegrafara ao seu ministro no Rio de Janeiro, afim de que se encarregasse de dar proteção aos súditos portugueses.

O governo francês também declarou que concordava inteiramente com o procedimento do governo português, mostrando-se disposto a apoiá-lo nas suas diligências diplomáticas.

Além disso, o governo português tem continuado a receber adesões das principais chancelarias da Europa.

O Sr. conde de Paraty, antes de partir do Rio de Janeiro, dirigiu ao governo português um telegrama, informando minuciosamente sobre o rompimento das relações entre Portugal e o Brasil. [Traz novas transcrições de outros periódicos.]

O governo de Lisboa já deu instruções para o Rio de Janeiro no sentido de serem facilitados todos os meios para a repatriação aos súditos portugueses residentes no Brasil que, por estarem em circunstâncias precárias, não possam, por esse motivo, realizar o desejo de regressar a Portugal.

Já chegaram à Lisboa alguns súditos portugueses repatriados pelo cônsul português no Rio. O governador civil daquele distrito concedeu-lhes passagem gratuita para as terras de suas naturalidades.

Todos os jornais do país tratam do rompimento das relações diplomáticas com o Brasil, e na sua maioria, afirmam a correção do governo português constatada nos documentos por ele publicados.

Sentimos não poder neste número transcrever as opiniões das folhas mais consideradas.

Impede-nos de o fazer a falta de espaço.

Limitamo-nos por hoje a dar publicidade a algumas das considerações. [Mantém as transcrições.]

Efetivamente seria deplorável que duas nações que se prezam e estimam fraternalmente, fizessem supor ao mundo que as separa um destes ódios seculares, que só se apaga numa luta sangrenta.

Em Portugal a animosidade que existe contra o Brasil é o desejo de que ele prospere e se engrandeça, gozando a paz e a felicidade de

que é digno, quaisquer que sejam as instituições que o rejam.

Se, porventura, houve alguma intriga ou algum mal-entendido que nos malquistaram, tudo isso é espuma efervescente e mentirosa que desaparecerá perante a evidência da verdade.

Está demonstrado que o governo português recomendou sempre, em todos os casos, a mais estrita neutralidade, de modo a não isolar o procedimento e a responsabilidade de Portugal do procedimento e responsabilidade das outras nações.

Quando ocorreu o boato de que o príncipe D. Augusto vinha pôr-se à testa do movimento revolucionário, o ministro dos negócios estrangeiros telegrafou logo ao Sr. conde de Paço d'Arcos, recomendando-lhe a mais severa abstenção nos negócios internos da república brasileira.

Em vista de todos estes fatos devidamente documentados, estamos firmemente convencidos de que a Europa nos dará razão e que o Brasil, compenetrando-se de que o governo português não exorbitou dos seus deveres internacionais, nos saberá, por último, fazer justiça.





## PRÓ-PÁTRIA

A 20 de maio de 1898, circulou na cidade do Rio Grande um “Número único comemorativo do 4º centenário do descobrimento do caminho marítimo da Índia”, trazendo as datas “1498-1898” e demarcando tratar-se de uma “consagração da colônia portuguesa no Rio Grande”. A primeira página era adornada com motivos náuticos e, em destaque, o retrato do navegador português, alvo das maiores homenagens da publicação, trazendo também versos do Canto I, dos *Lusíadas*: “Vasco da Gama, o forte capitão, / Que a tamanhas empresas se oferece, / De soberbo e de altivo coração, / A quem fortuna sempre favorece”. Era mantida a tradição das edições comemorativas, com a reunião de vários representantes da intelectualidade local, regional e nacional, para elaborarem textos em prosa e verso alusivos à data em questão, como uma forma de exaltação da “civilização lusitana”. Tal coletânea foi transcrita na íntegra.

Dentre os escritos reunidos, um trazia a abordagem de alguns dados biográficos de Vasco da Gama, com destaque para informações genealógicas e as ações do personagem desde a conquista do oriente até à sua morte. Foi editada também uma narração acerca da expansão marítima lusa em direção à Índia, apresentada como uma epopeia de heroicidade e bravura dos portugueses. Outro texto fazia um “passeio” pelo tempo e por personagens históricos, chegando a fazer referências quanto aos modelos coloniais empregados pelos países europeus e enfatizando a conquista asiática realizada pelos lusos. Apareciam ainda

um poema saudando as “epopeias” lusitanas, um texto de fé patriótica em nome das “grandezas” nacionais e uma homenagem ao povo português, simbolizado pelos seus personagens históricos.

A coletânea trazia também um texto apresentando o devir histórico das navegações entre os povos, desde a antiguidade até o século XV, ressaltando a supremacia portuguesa e detalhando o tema da expedição de Vasco da Gama à Índia. Compunha também o número comemorativo uma saudação em honra à memória de reis e navegadores portugueses e uma homenagem aos lusitanos da época dos descobrimentos, pelos “serviços” prestados à humanidade, à civilização e aos coetâneos pelo culto à memória daqueles. Foram publicados ainda um comentário sobre as comemorações em torno daquela data alusiva, considerando-as justíssimas pelo “valor dos feitos do passado”, e uma ode ao patriotismo luso, considerado como o maior patrimônio nacional. A poesia aparecia através de versos traduzidos como um preito à memória de Vasco da Gama. Houve também um enaltecimento ao papel para a “civilização mundial” do império marítimo luso, estendendo-se por África, Ásia e América.

Na edição especial foi publicada ainda uma exaltação à “revolução marítima” proporcionada pela “raça” lusitana e um brevíssimo verso, resumindo a expansão lusa na ação patriótica de um único marinheiro – Vasco da Gama. Revelando o contexto regional de então, foi editado um texto eivado de fundamentos positivistas, muito em voga à época no Rio Grande do Sul, bem à vontade para lembrar a “memória augusta” de Vasco da Gama como um “benfeitor” da humanidade, seguindo à risca os pressupostos daquela doutrina, segundo a qual os vivos cada vez mais seriam governados pelos mortos. Outro texto trazia uma saudação aos navegadores portugueses por sua “obra” em prol da “civilização” e do “progresso” universal. Havia também uma exaltação a Portugal pela seu papel na expansão do cristianismo à época das grandes navegações, um tributo à “suprema glória” dos “aventureiros”, considerados como a “vanguarda da civilização moderna”, e uma saudação que se associava à “alevantada manifestação” de “amor à pátria”

por ocasião do quarto centenário de um dos acontecimentos “mais assombrosos” da humanidade. Outro texto era construído como uma estória contada a uma criança, exaltando o papel dos lusos na história, qualificando-o praticamente como divino e mítico, e apontando-os como a “glória da humanidade”. Finalmente, aparecia uma congratulação com as “justas honrarias”, tal qual um “jubileu da civilização”, lançadas por sobre a “epopeia” lusitana.

## Vasco da Gama

Nasceu o descobridor da Índia em 1469, na Vila de Sines. Foi filho de Estevão Gama, alcaide-mor de Sines e de Silves, comendador do Seixal, criado do infante D. Fernando (pai d’el rei D. Manoel) e veador do príncipe D. Afonso (filho d’el rei D. João II), e de D. Isabel Sodré, filha de João de Rezende, provedor das Valas de Santarém, e de Maria Sodré (filha de Fradique Sodré).

“Era mui fragueiro de condição e entendido em todas coisas”, diz Gaspar Corrêa, e isso mesmo provou na energia e tino com que desempenhou o encargo que lhe cometeu D. João II de reter todos os navios franceses surtos nos portos do reino, enquanto Carlos VIII não restituiu um navio que, ao voltar da Mina com ouro em pó, fora aprisionado por corsários franceses. Tão satisfeito ficou o rei com os seus serviços que, morrendo Estevão da Gama, a quem incumbira de se preparar para ir na expedição à Índia, indigitou para seu sucessor no comando da armada seu filho Vasco da Gama, de modo que, quando D. Manoel, em 1497, mandava descobrir a Índia, não fazia mais do que cumprir, uma por uma, as cláusulas do testamento do seu predecessor.

\*

\*                      \*

Não gozou Vasco da Gama muito tempo as honras que eram justo galardão de seus serviços. O herói foi morrer nas terras que tinham

sido teatro de suas façanhas, três meses e vinte dias depois de tomar posse do governo da Índia, às 3 horas depois da meia-noite, de 24 de dezembro de 1524, falecia em Cochim, D. Vasco da Gama, conde, almirante e segundo vice-rei da Índia. Em 1538, foram os seus restos mortais trasladados para a Vila da Vidigueira e, ultimamente, para o convento de Belém.

Vasco da Gama é um dos vultos mais gloriosos da nossa história. Alguns tem-no acoimado de cruel e bárbaro, por ter bombardeado Calicute e queimado os navios inimigos. Na nossa opinião, um bombardeamento é sempre um ato de selvageria. Mas devemos atender a que Vasco da Gama só recorreu a esse meio violento, para castigar a má fé dos potentados que nos atraçoavam. Os portugueses eram poucos. Se não se fizessem temidos, como haviam de ser respeitados? Vasco da Gama tinha o dever imprescritível de salvar a vida das tripulações, cujo comando lhe era confiado. E ele era zeloso no cumprimento desse dever. Haja visto o sucedido na Angra de Santa Helena, quando ele próprio acudiu para recolher um simples soldado, não mandando ninguém em seu lugar; como poderia fazer. *Salus Populi suprema lex*. E essas barbaridades, desgraçadamente necessárias, ficam muito aquém de barbaridades muitas vezes desnecessárias cometidas em épocas recentes e dum maior grau de civilização. Se neste ponto quiséssemos justificar Vasco da Gama, podíamos perguntar: A quantos bombardeamentos tem a Europa assistido já neste século, desde o Copenhague, efetuado em plena paz pela esquadra duma nação civilizada, até ao de Paris pelo exército duma outra nação que também se diz civilizada?

PAIVA E PONA

## **A epopeia marítima lusitana**

Uma estreita faixa de terra que o mar comprime de um lado, e do outro os flancos do Leão de Castela, já não bastava para ninho das

águas que, do alto do promontório de Sagres, fitavam a imensidade, ávidas de se arremessar sobre a vastidão incógnita dos mares.

Diante delas, sob o domínio de seu olhar altivo, estendia-se a amplidão do infinito, e do seio dele, sempre atraente e misterioso, a heroicidade portuguesa parecia escutar uma voz que a chamava do fundo do oceano, a prometer-lhe o domínio da terra.

Seria ilusão ou realidade?

A verdade é que o infante D. Henrique escutou-a distintamente, através do fracasso das ondas à beira da costa fragosa, onde a sua imaginação vulcânica traçara nas cismas de uma ambição sobre-humana o prefácio soberbo da epopeia marítima.

E ali sempre diante, como a apostrofar o seu heroísmo, o oceano que de antemão lhe parecia, no seu canto eterno ou nas suas cóleras medonhas, celebrar a apoteose da bravura lusitana.

Venceu a sedução do infinito.

As águias fizeram-se ao mar, e de um fôlego, ameaçadoras e triunfantes, sorrindo à fúria das ondas, correndo alterosas sobre a solidão dos abismos, vencendo a distância num voo, pararam vitoriosas sobre as culminâncias da terra que a ingenuidade marítima denominou o Cabo Não.

A fortuna e a heroicidade tinham quebrado o mistério e destruído a quimera.

A terra não termina ali.

O patriotismo português havia-o afirmado ao mundo inteiro, pasmo de tanta audácia e zeloso de tanta fortuna.

E o mar sempre a atraí-los, e sempre a ressoar por sobre a corrente das águas, a dominar o sussurro irrequieto das ondas, a mesma voz que prometera ao infante a conquista da terra pelo domínio do mar.

Um voo mais e aonde teriam chegado?

E nessas cismas sublimes embrenhava-se o filho imortal de D. João I.

O estoicismo de sua alma, vazado no bronze que desafia a onipotência do raio, dominou a resistência esmagadora do prejuízo popular,

apoiado nos aviso fatídicos e agourentos da lenda tradicional. E ao impulso de seu braço atlético as águas libraram-se de novo, fitando o sol da glória, pairando ovantes no cimo dos penhascos atônitos do cabo Bojador.

Sobre a esteira das águas, ao concerto das sereias que emergiam à superfície, a heroicidade lusitana traçara o primeiro capítulo da epopeia, que a lira camoniana havia de eternizar nos hinos sonorosos dos Lusíadas.

E sempre o mar a atraí-lo, sempre a sedução do abismo.

Angústias torturantes colhidas sobre o colo revoltado do pélogo, debaixo do fracasso estrepitoso da procela; saudades pungentes da pátria, que a iminência do perigo aviva, tudo isso desaparece, quando entre o murmúrio da vaga ou entre o estalar do trovão, ressoa a voz misteriosa que lhes augura a imortalidade.

Mas como ir além, através desse oceano, que se desdobra a seus olhos, como uma solidão intérmina, pavorosa, aterradora, povoada pelas entidades quiméricas, criadas pela lenda nas visões da credulidade popular!

A crença na glória e a fé nos prodígios dessa religião, à sombra da qual triunfaram seus antepassados em Ceuta, Tanger e Arzila, atuando sobre a imaginação desses bravos, excitada de contínuo pelas emoções do imprevisto, estimulava agora o desejo de erguer triunfante a cruz sobre as plagas longínquas, onde o gentio imperava, resgatando, pelo batismo e pela graça do evangelho, inumeráveis milhões de almas votadas à idolatria.

O sentimento religioso conjuntamente com o amor das aventuras, que outrora arrastaram os cristãos à Palestina, arrojava os portugueses através do incógnito, na aspiração irrequieta da posse de estranhas terras que a bravura lusitana conquistaria para a cruz.

De hoje em diante, não há mais procelas ou correntes, recifes fatais encobertos pela onda, baixios traiçoeiros, perigos renascentes que detenham a audácia de nossos bravos.

Bartolomeu Dias vai descerrar a cortina dos *mares nunca arados de estranho ou próprio lenho*.

O gênio e a audácia impelem os nossos galeões mais cento e vinte léguas mar em fora.

A cruz de Cristo é plantada dois graus além do trópico meridional!

O oceano continua a abrir-se diante dele como um livro misterioso e a alma do herói sente-se cada vez mais dominada pela atração do desconhecido.

No meio, porém, desse deserto de água, sob a inclemência desse céu tempestuoso, ao crepitar do raio e sob o estampido do trovão, outra tormenta mais inconjurável, amortece a coragem dos bravos – a fome. A energia da sua alma conjura, apesar disso, a fatalidade.

No olhar de Bartolomeu Dias flameja a força sugestiva que impõe a convicção da vidência.

A nau avança mais vinte e cinco léguas, e surge pela proa, desenhado na tela escura do horizonte, o vulto gigantesco do Cabo Tormentório.

Um brado de alegria, partido de cem bocas retumba através da solidão dos abismos, que até aí ameaçavam a lusa gente de “naufrágios, perdições de toda a sorte que o menor mal de todos seja a morte”.

O problema estava resolvido.

Um impulso mais, e essa terra da Índia que a lenda povoava de seres extravagantes, tantas vezes sonhada nos delírios da ambição, ia afinal surgir dentre as vagas, sultana de que Alexandre se enamorara, envolta no manto das neblinas oceânicas. Estava destinada a Vasco da Gama a glória de conquistar para a civilização essa terra lendária.

Os ventos do sul, na frase de Cantú, mais temíveis do que o espectro evocado por Camões, não detiveram o arrojado marinheiro que, ao fim de uma viagem acidentada de perigos e de amarguras, ante a perspectiva do imprevisto e de receios que a impaciência exacerbava, toca essa terra sagrada nas crônicas da mais remota antiguidade, pondo pé em Calicute, na mais rica e donairosa cidade da Índia.

Vasco da Gama traçara o epílogo glorioso da assombrosa epopeia marítima lusitana.

Desde esse momento solenemente histórico, enquanto um cataclismo tremendo não venha encerrar o ciclo da atividade humana, a lenda e a tradição, constituídas em testemunho, perante o tribunal da história, deverão celebrar a glória de um povo cujo heroísmo soube vencer a própria natureza e contrariar os desígnios da fatalidade.

F. PIMENTEL

## **Vasco da Gama na história do mundo e na história pátria**

A obra de Vasco da Gama reflete na humanidade e na pátria uma luz singularmente diversa!

Ali, é uma síntese final com que a Renascença abre as portas do mundo novo, com que o século XV corrige os erros do mundo antigo, desfaz as lendas rendilhadas da meia idade.

Aqui, é uma epopeia de heroísmos que desnorteiam um povo, atirando-o num turbilhão fascinante, no fundo da qual encontraria a ruína.

De Afonso Henriques a Nuno Álvares vai o espaço mais curto, de quantos se medem na história, para a construção definitiva da unidade de uma raça, da cristalização duma nacionalidade da demarcação indiscutível das fronteiras duma pátria.

Do infante de Sagres a D. João II, medeia, ainda no prazo mais curto, o tempo preciso para a formação científica, certa, lógica, dum ideal épico, humanitário e patriótico, que, pela execução, falsa e tumultuária, traria a queda e o sacrifício da pátria, em pagamento da vitória da ciência e da civilização.



\*

\*

\*

Representemo-nos, um instante, uma comparação histórica, com dezoito séculos intercalados: o Príncipe Perfeito e Alexandre da Macedônia. Faces e arestas de dois cristais, que obedeceram a um mesmo sistema e se orientaram pelos mesmos eixos.

Cada um concebe, solidifica e circunscreve um ideal, certo, lógico, grandioso. Cada um pega das armas de combate e vence, abrindo pela energia, pela força, pela tenacidade duma inteligência austera e suprema, as estradas da sua rota, tão firme, tão geométrica, tão insubstituível, como a do astro que gravita na sua órbita.

Cada um sonha para a sua raça e para a sua pátria, não somente uma hegemonia, como um cetro de universal domínio.

Cada um pressente o influxo civilizador da sua obra, alevantando a humanidade dos abismos do passado ao sol de doirada luz espargida sobre mais altos horizontes. Cada um se faz centro e guia e mestre duma plêiade de homens, de companheiros, de sócios, de amigos, que lhe dariam, pela valentia da ação, pela consciência do feito, pela dedicação contínua do esforço, a uniformidade da derrota, a identidade da conquista, a continuidade do plano, a perpetuidade do ideal objetivado.

Se Alexandre, instruído na ciência e na austeridade de Aristóteles, medita os erros de Homero, dos poetas da Hellene, e de Heródoto e de Hesíodo e de Platão, para, com a espada invencível, abrir, através das massas obstrutivas dos persas as grandes estradas do comércio, do convívio e da civilização oriental; D. João II, educado na sabedoria do mártir de Alfarrobeira e na lição prática do navegador de Sagres, abre, com a vela e com o remo, com a bússola e o astrolábio, essas estradas não menos largas, não menos comerciais, não menos fecundas, da navegação oceânica, da derrota segura e certa, em todos os ramos do *tenebroso* mar.

E morrem ambos, na quadra forte da vida, na luta intemerata da conquista, com os olhos postos na meridiana luz do ideal.

É aí o ponto fatídico da grande, da descomunal diferença!

Aquele deixa um domínio imenso, cuja divisão e posse vai ser motivo de pugnas sanguinárias; mas o ideal, mas a luz, mas a educação sobrepujam esta luta e a grande obra da civilização e da conquista continua, ainda com o novo brilho duma emulação nascente. É que o império de Alexandre vai pertencer aos seus generais, aos seus companheiros e colaboradores, senhores absolutos da realização dum ideal que eles, mais do que alguém, conheciam. Ao grande rei da Renascença vai suceder, pela restrita e quantas vezes destruidora lei da hereditariedade, um estranho, um ignaro, um adventício, deseducado e desinstruído nos grandes mistérios, nas grandes definições daquela ideia extraordinária.

Não faltavam aqui os Ptolomeus e os Nicatores. Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Álvares Cabral, Duarte Pacheco, Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, Fernando de Magalhães e tantos e tantos companheiros e amigos, discípulos e consócios do Príncipe Perfeito, sobreviviam-lhe. Eles vão continuar para a vida de glória, de luta, de heroísmos incomparáveis.

Mas são vassalos, autômatos, escravos duma vontade suprema, absoluta, esmagadora, porque nem teve a consciência da ação, nem a autoridade indispensável ao mando.

Com Vasco da Gama, D. Manoel atravessou o golfão indiano, depois de terminar a circunscrição do continente africano.

Abriu à civilização, ao comércio, à unidade dos povos de afastados hemisférios, essa estrada, origem amplíssima das novas e grandes e decisivas revelações científicas.

Mas o povo de heróis e de façanhas, que assim abria amplos horizontes à ciência, à civilização e à humanidade, bebia, nesse caudal de imorredouras glórias, o veneno da sua ruína, da sua sinistra e crescente decadência.

Será, como para muitos, que a pouquidade de sua população, a exiguidade da sua metrópole lhe não permitissem tão ampla e descomunal dilatação?

Protestam, cada uma por modo contrário, a sempre crescente prosperidade da Inglaterra e a decadência da Espanha colonial, mais veloz ainda do que a nossa.

Aquela, conciliando uma metrópole, cada dia mais povoada e mais rica, com uma expansão colonial, de cada vez mais extensa e rendosa.

Esta, depauperando uma grande raça e um país vasto e populoso simultaneamente com a queda dum poder suserano em enormes e longínquas regiões.

\*

\*                      \*

O primeiro vice-rei e o seu sucessor tinham sobre o processo colonial opiniões opostas, irreconciliáveis; fato estranho, inconcebível com D. João II, de quem, ambos, foram companheiros, auxiliares de discípulos. Mas era grande, definitivo, vencedor, qualquer dos dois; assim obtivesse do autocrata a força moral e efetiva da sua realização.

D. Manoel repeliu-os ambos, porque tinha um terceiro, incompatível com cada um. Para dar praça ao seu, inutilizou, com os processos, estes dois homens extraordinários.

Esse outro, esse novo, era só dele, de sua criação, de gestação própria e foi o vencedor, o de todos os seus serviçais, beaguins inconscientes, instrumentos odiosos e devassos das suas ordens fiscais.

D. Francisco de Almeida queria a hegemonia dos mares, a convivência colonial, meramente comercial, exploratória; pela brandura ou pela força. Depois, a garantia da estrada, pelo canhão, e pelo braço, armado e forte. A Holanda explorou esse processo com grande resultado material.

Afonso de Albuquerque, o grande, o incomparável conquistador desse império oriental que ainda não teve sucedâneo, queria a conquista e a posse pela colonização e catequese, pelo doutrinamento e influência decisiva do exemplo e da moral, acompanhada dum direito, severo mais justo.

A Inglaterra conheceu o quilate deste processo e ao seu emprego deve toda a sua invejável hegemonia colonial.

D. Manoel queria dinheiro ou coisa com que se fabricasse. Dinheiro, cuja mais brilhante e mais gloriosa aplicação se traduz nessa célebre embaixada de Tristão da Cunha ao papa Leão X, digno correigionário, civil e religioso, de D. Manoel.

\*

Não importa! Se a travessia do grande golfo, por erros irreparáveis de mentores ignaros, trouxe a ruína deste povo heroico, generoso e bom, os filhos dessa idade sublime de glórias e de grandezas, consolam-se e pagam-se bem, com a consciência universalmente, unanimemente atestada, ontem, hoje e para sempre, de que abriram ao mundo, à humanidade, a maior, a mais bela, a mais fecunda estrada de progresso e de civilização!

Jacaré, junto do Rio de Janeiro, 20 de maio de 1898.

ANTÔNIO ZEFERINO CÂNDIDO

## Salve!

Dum recanto da pátria, a pátria idolatrada,  
Relicário de amor p'ra os corações amantes,  
Saúdo neste dia a plaga abençoada  
Onde Camões bebeu inspirações possantes!

Terra de tradições, de feitos deslumbrantes  
Formosos como o sol em sua marcha ousada;  
Da Europa que se curva aos teus lauréis gigantes  
És luzeiro a fulgir na tela constelada.

Folha for folha abrindo a tua grande história,  
Deparo a cada instante uma epopeia, e a glória  
Sobre ela a despedir do seu olhar a chama!

Salve! salve! torrão, onde o valor impera,  
Já da posteridade o Panteão te espera,  
Salve! berço imortal do herói Vasco da Gama!  
Maio de 98.

JULIETA DE M. MONTEIRO

## Glória!

Longínquos mares serenos, praias ignotas e esplendentes!  
Pelo ar andam perfumes embalsamados, que deleitam como narcóticos.

Aves de matizes vários gorjeiam na luxuriante folhagem e encantam o ouvido com melodias do céu.

Raro corta o espelho luzente das águas o âmbar, que passa, boiando.

Grandeza que pasma o homem, pujança que o assombra, abate eleva.

Na curva do promontório surge uma vela, ainda outra e outra mais.

Lentas, como majestosos cisnes fantásticos, aproximam-se num ritmo.

A maruja, já exausta, vem cantando canções nostálgicas, saudosa da sua terra.

Só tem olhos para o grande capitão, que até tantas belezas já não a seduzem mais.

Fita o chefe e espera.

Na frente dele passa, súbito, um lampejo e nos olhos brilha um relâmpago.

Manda amainar os panos, na enseada calma, e conclama os seus:

“Filhos! – e apontou para o mastro grande, onde tremulava o pavilhão das quinas – bendito seja, para todo o sempre, aquele símbolo da pátria!

“Foi ele que aqui nos trouxe e foi também o primeiro que abriu as amplas dobras no grande seio destes mares, nunca navegados!

“Bendita seja a impávida bandeira que, como um pálio, nos cobriu com a protetora sombra, na longa jornada!”

E a maruja, fremente de santo amor, unguida de patriotismo, repetiu:

“Salve! salve!”

O capitão dobrou o joelho em terra e prosseguiu:

“E tu, pátria gloriosa e muito amada, receber, orgulhosa e grande, o inestimável tesouro que a providência quis que teus filhos diletos a ti ofertassem!”

Todos os peitos de novo fremiram e lágrimas rolaram pelos rostos bronzeados. . .

E então – coisa estranha – dos seios das águas se elevaram vapores brilhantes e o céu se rasgou, numa nesga luminosa.

Uma auréola desceu do alto sobre a fronte do capitão, enquanto ao longe soavam hinos e uma voz – que era a da Mãe Pátria – sussurrava, acariciadoramente:

“Glória a ti, Vasco da Gama!”

Pelotas

ARTHUR HAMEISTER

## **Ao legendário povo português**

Se Portugal não pudesse causar admiração geral pelos vultos gloriosos que tem mais recentemente produzido, como sejam: Dom Pedro V, amando acrisoladamente o seu povo, o cônego Senna Freitas e Latino

Coelho, difundindo a mais brilhante literatura moderna, e Mousinho de Albuquerque, fazendo reviver o valor guerreiro dos seus invencíveis antepassados, bastar-lhe-iam, para merecer sempre um profundo respeito dos povos cultos, “as memórias gloriosas” daqueles reis antigos, daqueles apóstolos intrépidos, daquele gênio empreendedor de Vasco da Gama que “foram dilatando a fé e o império”, prodigalizando, com suas façanhas, um assunto grandioso e sublime para que Camões, o maior épico português, pudesse, em versos esplendorosos, cantar as glórias da sua pátria, apresentando à humanidade o mais soberbo poema – os *Lusíadas*.

Rio Grande, 20 de maio de 1898.

Vigário Padre OCTAVIANO PEREIRA DE ALBUQUERQUE

## Portugal no século XV

Foram seus filhos os primeiros nautas  
Que afrontaram as ondas do oceano.

*Fagundes Varela*

Que os fenícios “foram os primeiros nautas que afrontaram as ondas do oceano” – diz a história, o relicário eterno dos grandes cometimentos, das descobertas científicas e do grau de adiantamento artístico dos povos, bem como de sua elevação ou abatimento moral.

Nautas primeiros da Idade Antiga, suas expedições não se afastavam das costas, mas se faziam por todo o Mediterrâneo, ao longo das regiões do sul da Europa e do norte da África, ou contornavam a Ásia Menor pelo mesmo mar e pelo Negro. Saindo para o Atlântico, chegaram mesmo a percorrer parte da costa ocidental da África, e foram outras expedições até o mar Báltico, de onde voltavam com âmbar amarelo.

Em épocas posteriores, foram sucessivamente sulcando o Mediterrâneo e o mar Negro os navios de comércio e de guerra da Grécia, de Roma, de Cartago e do Egito; porém marinheiros de tão gloriosos países não venceram nem igualaram em celebridade os da Fenícia.

Na Idade Média, porém, os marinheiros da república de Veneza conduziam seus navios pelos mesmos mares navegados pelos fenícios. Veneza ocupava entre as nações o primeiro lugar, não só pelo seu comércio riquíssimo como pela sua supremacia como potência poderosa e senhora da navegação.

Na mesma época, os genoveses iam até o mar Negro e visitavam as cidades por ele banhadas, principalmente as da Ásia Menor e as da Crimeia, e enriqueciam também no comércio, como os venezianos.

De um só homem derivou ainda maior glória para o país do extremo-ocidente da Europa continental!

É ao príncipe D. Henrique, terceiro filho de D. João I, que se deve a gratidão dos grandes feitos marítimos de Portugal, porque foi ele que, fundando o observatório astronômico e a escola de navegação em Sagres, deu à história os fenícios da Idade Média.

Como consequência do observatório, onde se ensinava a admirável ciência da astronomia, e da escola de navegação, que era a arte preparando náuticos, surgiram os grandes cosmógrafos e os habilíssimos pilotos portugueses.

Iniciados pelo príncipe D. Henrique, no reinado de seu pai D. João I, tornaram-se tão notáveis acontecimentos cada vez mais brilhantes com os reis sucessores – D. Duarte, D. Afonso V e D. João II.

João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz Teixeira, D. Diogo de Azambuja, Diogo Cão, Bartolomeu Dias e outros que enobreciam a marinha portuguesa, desfraldavam a bandeira das quinas e plantavam marcos com as armas lusitanas nas terras que descobriam.

E assim corria o século XV, o mais brilhante em descobertas marítimas, o século em que os portugueses tornaram-se os primeiros entre “os primeiros que afrontaram as ondas do oceano”.



Foi, porém, no reinado de D. Manoel, o *Afortunado*, que, rasgados novos horizontes, transformou-se a face política de muitos países, o poder naval de Veneza, o comércio do Cairo e de Alexandria, a marinha mercante de Meca, o futuro dos povos, e a supremacia comercial foi conquistada por Lisboa.

Já em 1486, no reinado de D. João II, Bartolomeu Dias descobrira, na parte meridional da África, o cabo a que deu no nome de *Tormentório*, em razão das violentas tempestades havidas nas paragens do mesmo.

Mas era preciso ir além: as especiarias, o marfim e as pedras preciosas da Índia passavam pelas mãos de mercadores de diversas nacionalidades, antes da Europa possuí-las. E, quando chegavam à Alexandria, depois de transportadas através de terras e mares da Ásia e da África, eram recebidas e monopolizadas pelos venezianos, que, em seus navios, levavam-nas à sua cidade de mármore debruçada sobre as águas azuladas do Adriático.

Querendo D. Manoel assegurar à sua pátria um comércio que desse completo desenvolvimento à marinha portuguesa e fizesse crescer a riqueza do Estado, mandou Vasco da Gama dobrar o cabo da *Boa Esperança*, afim de descobrir o caminho da Índia.

A 8 de julho de 1497, a expedição partiu de Lisboa com os navios *S. Gabriel*, *S. Rafael*, *Bérrio* e *S. Miguel*, sendo o último de mantimentos.

Vasco da Gama, depois de navegar por toda a costa ocidental da África, contornou-a pelo sul, dobrou o cabo da *Boa Esperança* e, seguindo na sua rota, entrou no mar das Índias, – onde se desfraldava pela vez primeira uma bandeira europeia, – foi a Sofala, a Moçambique, a Mombaça, a Melinde, e chegou, enfim, à Calicute, onde fundeou a 20 de maio de 1498.

A 28 do mesmo mês falava o ilustre navegante com o próprio rei de Calicute, o Samorim.

Estava descoberto o caminho marítimo para a Índia e Vasco da Gama era o herói do grande acontecimento, que fez Portugal tomar a vanguarda das nações civilizadoras e tornou notável o reinado de D. Manoel.

O feito imortalizador do Gama operou a extraordinária revolução política, social e comercial que aniquilou o comércio e o poder de Veneza; mas a civilização, partindo da Europa para a Índia, foi com sol potente e benéfico que dissipou escuras nuvens do obscurantismo.

A história das descobertas marítimas realizadas pelos primeiros entre “os primeiros que afrontaram as ondas do oceano” finaliza no século XV, em perfulgentíssima página de ouro.

Rio Grande.

TANCREDO DE MENEZES

## A Portugal

Concentremos em nós mesmos o que a descrença não destruiu; o que a resignação não ocultou no mando – fatalidade – e com esse pouco que nos resta, corramos, conviva anônimo, vestido com os andrajos das roupas de gala de outrora, ao congresso dos povos, no pórtico dos séculos, onde as gerações se sentam no chão da história para a apoteose de Portugal – o Redivivo.

A história de um povo é sua alma imortal a viver num zodíaco, onde os nomes de seus heróis são signos que relembram as fases do tempo.

\*

Do acume dos séculos modernos, lancemos um olhar para esse passado de glórias.

\*

No crepúsculo matinal lá surge o Mestre de Avis... Tem na mão o punhal a gotejar o sangue do indigno, morto nos braços da adúltera, por querer, em seu proveito, matar a alma de um povo juvenil. Junto dele, já onde o sol da pátria dá perfil às figuras, está Nuno Álvares, a criança que, surda às promessas de gozos e fortuna, que encantam a alma dos mendigos de vestes doiradas, preferiu levar seu sangue em troca de uma pátria... Forma-lhe uma aureola de glória o fumo dos *trons* que reboaram em Aljubarrota, quando ele traçava as fronteiras do épico Portugal.

\*

Transcorre o tempo...  
Lá surge D. João II.

\*

Quando ao planisfério lança-se um olhar indagador, Portugal parece um navio ancorado na costa ocidental, depois das longas peregrinações “a que Netuno e Marte obedeceram”. Como uma *Quina* que afronta as ondas, lá está Sagres, peanha para estátua descomunal. Nossa mente vê, como enorme figura de proa de enormíssima nau, o vulto de D. Henrique a apontar os mares d’além... d’além... d’além.

E a nau, colhendo as âncoras, de velas empavesadas, agitando aos ventos a bandeira gloriosa, como em adeus à pátria que ia sublimar, lá se some no propileu de novos mundos.

\*

Assoma no horizonte o vulto horrendo de apocalíptico gigante, e Vasco da Gama, inflamado pelo beijo da glória, leva os peitos lusitanos a entoar hosanas sob o céu de novos mares.

\*

É o seu traço luminoso que leva Cabral à terra de Paraguaçu.

\*

Águas do Paraguaçu, barrenta águas, que primeiro beijaram as quinas lusitanas... Águas do Paraguaçu, barrentas águas, que o mar bebe calmo, brincando como num beijo de casto amor... Águas do Paraguaçu, barrentas águas, quando nas areias “por onde ameno se espreguiça o Tejo”, buscares suspirosa praia para lembrares-te da diamantina serra donde surgiste, e da sombra das florestas por onde deslizaste... Águas de Paraguaçu, barrentas águas... diz a esse velho Portugal, a esse Jacó da moderna Genesis, que os povos, como o homem, têm uma alma imortal, e que a alma dos povos é a sua história. Que ele não perecerá, enquanto o mar afagar o rochedo de Sagres, ou despedaçar-se aos pés de Adamastor, a *mimicar* os versos de Camões...

Águas de Paraguaçu, barrenta águas, que surges na terra minha nativa... quando reverente beijares as plantas desse velho pai, nas suas bodas diamantinas, faz no crebro chorar de tuas ondas chegar-lhe aos ouvidos o nome do Brasil... deste Brasil seu filho, que, criança ainda, sentou-se no templo dos doutores da humanidade para dali sair em busca do Calvário...

Águas de Paraguaçu, barrentas águas, leva ao velho Portugal o ósculo de gratidão dos que ainda são brasileiros.  
Estância das Palmas, 6 de abril de 1898.

DR. ÂNGELO DOURADO

## **A grandeza de Portugal**

A grandeza da nação portuguesa não está nas suas riquezas naturais, na grandeza do seu solo, na atividade comercial, no desenvolvimento industrial, na força dos exércitos, na importância do poder, mas sim e tão somente no patriotismo de seus filhos.

Foi pelo patriotismo que em Ourique se escorou a nacionalidade nascente e em Aljubarrota a nacionalidade perdida.

Foi pelo patriotismo que esses navegadores do século XV praticaram as mais assombrosas conquistas e descobertas, e, em 1640, um grupo de plebeus, chefiados pelo espartano João Pinto Ribeiro, reouve e animou com um esforço só a nacionalidade já morta.

Foi pelo patriotismo que em 1807 o povo, armado até os dentes, desbaratou os exércitos de Napoleão, arrancando a pátria das garras dos generais franceses, e, em 1897, um punhado de homens ao mando do heroico Mousinho de Albuquerque restabeleceu, em nossos domínios, a autoridade quase perdida; e é finalmente pelo patriotismo que em 1898 todos os portugueses se reúnem e congregam em jubileu para solenizar as tradições do passado, preparando assim a grandeza do futuro.

G. S.

## **Os portugueses do passado e do presente**

É belo, é grande, é sublime de abnegação e heroísmo o que fizeram os portugueses do século XV, abandonando pátria, família, o conforto do lar, para, afrontando “mares nunca d’antes navegados”, correrem em busca de novas terras e novos domínios para a pátria, conquistando novas glórias para o povo português, abrindo à humanidade novos caminhos através do globo, e iniciando novos horizontes, à ciência, à civilização e ao progresso.

Chegam a sensibilizar o amor da pátria e o nenhum amor à vida, com que aqueles homens, majestosas figuras, representantes de um povo de heróis, se expunham, em frágeis embarcações e em inhóspitas terras de selvagens, aos mais penosos sacrifícios e aos mais duros trabalhos em prol da grande pátria.

Mas, se são admiráveis esse desprendimento pessoal e esse incomparável patriotismo dos portugueses do passado, digno de encômios é o procedimento altruístico dos portugueses do presente, rendendo o preito das mais respeitadas homenagens aos seus gloriosos ascendentes, que, pelos seus inolvidáveis serviços à humanidade e à civilização, tanto elevaram a sua pátria no conceito universal.

O culto fervoroso que, neste fim de século essencialmente egoísta, Portugal presta ao imortal descobridor do caminho da Índia, é nobre e alevantado atestado de que os portugueses de hoje não são menos dignos que os seus compatriotas de há quatrocentos anos.

Prova-o, além do grande feito d'armas de Mousinho de Albuquerque, o fato que jubilosamente assinalamos.

M. J. DE ANDRADE

#####

Segundo escreveu a pujante pena de um notável crítico português: “Por maior que seja a força invasora da civilização, por mais poderoso que seja o seu princípio essencial, que tende à união – não poderá apagar nem a diferença de sangue e de raça, nem o cunho especial da nacionalidade, que não vive só nos monumentos, nos livros, nas tradições orais, reside também no clima, no céu, na natureza, que a civilização pode modificar, mas nunca transformar de todo”. Continuamente os fatos confirmam esta opinião do distinto literato, e ainda agora, no feito brilhante que a simpática colônia portuguesa comemora com tanto entusiasmo, e na imprensa alegre, no orgulho pátrio que

a exulta, perfeitamente reconhece-se que o característico de altivez, de brio, de patriotismo apontado em Vasco da Gama e seus bravos companheiros, impulsionando-os a essa arriscada empresa que firmou uma das maiores evoluções sociais, está de pé através das mutações do tempo, e não se apagará onde pulsar um coração lusitano.

Esse frêmito de regozijo, comunicativo hoje a todo o espírito desabrochado em terras de Portugal, essa explosão de contentamento, esse delírio indizível entre os nossos irmãos de além-mar, são outros tantos valiosos testemunhos do que acabamos de asseverar.

E quanto é bel vê-los cheios de um nobre orgulho, trazerem à tela do presente, soberbo de luz, de verdade, de heroísmo, o assombroso feito de Vasco da Gama, perpetuado pela história com todas as suas eloquentes cores.

Do velho continente desdobra-se nesta grandiosa data o luminoso painel, em que ficou glorificado pelos povos cultos, o rasgo valoroso do imortal navegador, com toda a poesia majestosa da imensidade do mar, com toda a solenidade de uma conquista devida a um punhado de homens que, arrojados a mais ousada das descobertas, puderam deixar seus nomes entre as rutilações da posteridade.

Salve, Vasco da Gama! Honra a Portugal e ao povo lusitano!

REVOCATA H. DE MELO

## **Vasco da Gama**

“Por mares nunca dantes navegados,”  
Mil perigos cruzando, o grande Gama  
Desfraldou o pavilhão d’altiva fama,  
– Glória eterna dos feitos altanados!

O progresso refulgiu, e respeitados  
Esses louros de que a pátria aclama

São hoje, como luz bela que inflama  
Incentivos d'outros feitos denodados!

Portugal! Portugal! rende teu preito  
À memória do vulto que, nos mares,  
Honrou-te no teu lustre e teu conceito!

Eu te saúdo, pois, vendo os altares  
Que levantaram no sacrário de teu peito  
Ao herói que te mostrou novos lugares!  
Rio Grande.

CIPRIANO PORTO ALEGRE

#####

Ainda não findara a Idade Média, ainda as nações do norte da Europa se encontravam em estado embrionário e já a pequena nacionalidade portuguesa, assegurada novamente a independência nos plainos d'Aljubarrota, sentia em si exuberância de vida e, no fulgor da sua fantasia, nos devaneios do seu espírito aguerrido, era mentalmente atraída para além dos mares, em demanda de novos territórios, onde exercer atividade fervente, onde implantar a cruz, símbolo da fé.

Dobrado o cabo Não e vencidas as dificuldades inúmeras, destruídos todos os preconceitos e lendas que impediam a navegação além daquele ponto geográfico, aportaram em fim ao extremo-sul da África e, transpuseram o cabo Tormentoso, depois chamado da Boa Esperança.

Haviam, pois, chegado ao Oceano Índico, à margem fronteira ao país que anelavam e pouco lhes faltava para atingir a meta de seus nobres desejos e ardentes aspirações.

Era só navegar para o oriente, a Deus e à ventura confiados, até ao momento propício, em que o timoneiro lhe gritasse: "Terra a barlavento!"



Deus e a ventura foram por eles, em prêmio de tantas fadigas, de tão denodados esforços.

Surgiu por fim *terra a barlavento* e dela vinham os mais suaves e preciosos perfumes, como se jardins só ali houvera, como se o Eden terreal fora naquele abençoado torrão.

Era a Índia, o país das lendas, a chave de ouro, com que o santelmo resplendente abria aos lusitanos as portas do Oriente.

Era o país formoso, sobre que tantas civilizações haviam passado, impulsionando-o no sentido do progresso e que, pelo adiantado grau da sua cultura intelectual constituiria uma das mais preciosas e inestimáveis joias da Coroa portuguesa.

Passado mais este marco miliário na senda que o destino traçara à missão marítima dos portugueses, a breve trecho Ormuz, Malaca, a China e o Japão foram conhecidos e visitados pelas nossas caravelas, doutrinados pelos nossos missionários.

Uma tempestade arremessou Álvares Cabral para o ocidente e fê-lo aportar às terras que denominou da Santa Cruz, em razão do dia, em que lhe foi dado vê-las pela primeira vez, às quais haviam de prender-se tanto e tão intimamente às simpatias e afetos dos portugueses, pelo decorrer dos tempos e não obstante mil vicissitudes.

Assim o pequeno povo que demorava entre o Minho e o Guadiana, em amplexo gigantesco, abrangera quase o mundo inteiro.

Se as naus eram assaz numerosas para dominar e explorar tantas, tão vastas e remotas regiões, se a população não bastava para colonizá-las, se o esforço hercúleo de três séculos lhe abalou as forças e o prostrou por 60 anos no cativeiro, se, ao despertar deste letargo, encontrou o cetro dos mares em outras mãos, nem por isso deixou de caber-lhe principal e precípua a glória de haver aberto à civilização europeia grandíssima parte de três continentes e de ter ensinado a outros o caminho, por onde ir em demanda do restante.

A navegação a vapor, a telegrafia vieram dar ao trabalho dos portugueses, três vezes secular, maior realce e por isso permitir aquilatar,

em justa medida, o valor de tanta fadiga e a sua utilidade máxima para o progresso e bem-estar da humanidade.

E tanto assim é, de tal modo as nações cultas reconhecem a significação e valor de tão prestante serviço que vão breve acudir ao Tejo, não já para levar páreas, como outrora os reis do Oriente, mas para render homenagem ao país que tanto lidou em prol da civilização do mundo e em cuja epopeia marítima há feitos brilhantíssimos, entre os quais avulta, por sem dúvida, a descoberta da Índia.

O Brasil, povo nosso irmão, em tanta maneira querido, comemora também feito assim ingente e glorioso que vive na história para per-lustrar a raça d'heróis, de que descende.

Honra lhe seja, porque de novo afirma a sinceridade dos seus afetos por aqueles que o estremecem e ainda se orgulham de ter com ele comunhão nos anais do mundo, desde o alvorecer do século XVI até ao primeiro quartel do que vai findar.

Que esta amizade se perpetue, sincera, inabalável, pelos evos além é o mais ardente desejo de

BARBOSA CENTENO

Rio de Janeiro, 17 - 4 - 98.

## Portugal e os seu heróis

A posição geográfica de um povo atua consideravelmente sobre a sua atividade. Assim, as diferentes raças que se estabeleceram junto ao mar tiveram sempre poderoso incentivo para as grandes navegações, não permanecendo quietas ante o espetáculo sublime e ao mesmo tempo terrível dos elementos da natureza em ação.

Os portugueses favorecidos de todas as condições necessárias a essas empresas, jamais puderam conter-se em sua estreita gleba: em terra não tinham mais com quem lutar; as suas armas sempre vitoriosas e temidas, iam ceder a uma revolução pacífica e gloriosa, que

havia de abrir novos horizontes ao espírito humano e mudar o curso das ideias.

Depois que o glorioso infante D. Henrique acendeu o farol de Sagres, indicando o caminho das conquistas e da civilização, nada mais havia a fazer na península: toda a atividade desse povo audaz voltou-se para longe do cantinho amado, desse bendito e ubérrimo solo, onde o gládio invencível escreveu com letras de sangue a palavra liberdade!

Sim! depois de tantas batalhas homéricas batizadas com sangue generoso, não podia uma raça temerária dormir à sombra de tantos louros. Era forçoso lutar, mostrar ao mundo que só se é grande e forte, quando se batalha por um ideal sublime.

De tantos inimigos que o heroísmo português tinha esmagado, ainda restava um mil vezes mais terrível, que havia enchido de pavor a Idade Média. Era o mar, que em sua linguagem irônica andava a desafiar os mais valentes lusitanos para um duelo horrível que povo algum jamais presenciara. E quem iria comandar a nação?

D. Manoel refletiu um momento e iluminado por um clarão que lhe mandara o anjo das vitórias, mandou chamar à sua presença um moço fidalgo. Esse moço, a quem a posteridade e a civilização haviam de venerar, chamava-se Vasco da Gama. De Belém saiu ele a 8 de julho de 1497. Era por assim dizer um mancebo que, em três esquifes e acompanhado de poucas pessoas, seguia para o desconhecido.

Nesses frágeis navios ia a esperança da pátria debater-se com a temeridade inaudita das ondas. Era uma empresa por demais arriscada; era uma loucura, mas uma dessas loucuras sublimes em que o patriotismo resplandece e a alma tem ímpetos irresistíveis para os grandes sacrifícios e para as grandes dores.

Neste momento mais grandioso da vida humana a pátria aparece ora alegre, ora triste. Há sorrisos e há lágrimas. Choraram-se aqueles que viram desaparecer no horizonte as frágeis galeras que conduziam os valentes marinheiros para terras ignotas.

Sim, porque nesses pobres mas gloriosos navios em cujos mastros tremulava o símbolo de uma raça de heróis, iam os romeiros da civilização dizer aos diferentes povos da Ásia: Nós viemos da terra dos cristãos chamar-vos ao convívio dos povos cultos; não trazemos a morte, o horror e a opressão; somos os emissários do bem; grandes no heroísmo, no sentimento, nossa bandeira é o emblema da liberdade.

Quanto patriotismo!

Ora, para fazermos uma ideia clara, da grande epopeia marítima, torna-se necessário recorrer à época em que o fato operou-se e investigar os elementos de que dispunha esse temerário povo para levar ao cabo tão gloriosa façanha.

Um dos obstáculos que se opunham à realização da grande ideia era a superstição. Consideravam o mar ocidental um monstro terrível que tragava os navios que se atrevessem a rasgar as suas ondas.

O comércio do Oriente era feito pelo Mediterrâneo. Veneza e Genova se engrandeciam com os tesouros vindos dessa opulenta região sonhada muito antes do século XV e para a qual D. João II já havia mandado por terra dois homens de incontestável mérito: Afonso de Paiva e Pedro de Covilhã.

Quando o glorioso monarca tratava de preparar a grande empresa a fim de descobrir a Índia pelo oceano, a morte arrebatou-o à pátria; mas a ideia do grande monarca não morreu, porque as grandes ideias nunca morrem. D. Manoel foi o continuador da grande obra e, logo que tomou conta da regência do reino, não descansou enquanto o pavilhão das quinas não se ostentasse orgulhoso nas longínquas e fertilíssimas plagas do Oriente.

Com efeito, D. Manoel teve a glória de ver Portugal dilatado até às mais afastadas regiões do globo. Nunca o heroico reino havia chegado a tão elevado grau de esplendor e grandeza: basta dizer que no reinado deste monarca cometeram-se as maiores façanhas de que há lembrança na história das navegações. Na África, Ásia, América e Oceania o nome português era respeitado; em toda a parte do mundo ecoava a fama de um povo, sempre vitorioso e temido, um povo que

fazia curvar os reis, impérios e raças, deixando no caminho por onde trilhava um rasto de heroísmo e de glória.

Que sublime lição! Que história suplanta a dessa raça heroica que num século de superstição operou a mais bela e a mais esplêndida revolução? Deixar a terra adorada onde a alma embalada pelas alegrias castas sente arroubos de orgulho, sumir-se no oceano, suportar as maiores dificuldades, vendo a morte em cada vaga alterosa, não temer os mais terríveis elementos, sorrir quando o trovão ribomba e o raio estoura, prosseguir sempre avante, vendo parte da expedição tragada pelo mar e a pátria cada vez mais longe, mais bela e mais suspirada, não retroceder, ante o fero Adamastor, voltar ao ponto de partida, trazendo nos lábios um sorriso de glória, tudo isto é ser forte, grande e majestoso, tudo isto exalta a alma de uma raça temerária.

Ah! Embora riscassem Portugal do mapa geográfico, dessem-lhe a terrível sentença da infeliz Polónia, o seu nome, as suas façanhas, as suas glórias resplandeceriam sempre como o sol em meio de seus satélites. O mar, que as suas galeras rasgaram triunfantes, os padrões erguidos na África, Ásia e Oceania fariam sempre do nome português e dessa epopeias marítimas que, abrindo novo caminho ao espírito humano, ligaram um mundo a outro mundo.

Ó minha pátria, no grande dia de hoje, eu, um átomo desagregado do teu dulcíssimo seio, ajoelho no templo do universo que tu completaste e, com orgulho, saúdo a ti, abençoando a memória de teus heróis!

FERREIRA CAMPOS

#####

Foi em maio que o povo lusitano  
Viu no espaço raiar, novo clarão,  
Nova aurora... um futuro de esperanças:  
Era a riqueza da navegação!

Para isso bastou que um marinheiro,  
Peito heroico que o mar da pátria inflama,  
Corajoso e de nobre iniciativa,  
Se tornasse imortal: – Vasco da Gama.  
Pelotas – 1898.

HONORINA TORRES

## Vasco da Gama

A religião da humanidade, grande predestinação fatal imposta pelo raciocínio e alentada pelo sentimento, vai, dia a dia, mais nobilitando a consciência universal, liberta da opressão da treva e do erro pela farta luz benéfica da civilização positiva.

Secularizado o amplíssimo templo da natureza pelo aniquilamento, ao sopro forte da ciência, das genésicas tradições lendárias, só há fervor de culto inteligente pela memória augusta dos grandes benfeitores.

Entre estes, Vasco da Gama, o magnífico viajador primeiro das bandas do Oriente, o atlético espírito de vidente que doirou a quilha das galeras lusitanas na vaga do belo mar africano que banha as opulências inesgotáveis da Índia, e fez com elas cintilar a pátria e o velho mundo todo.

Salve! relíquia consoladora que Portugal reservou para as tristezas de hoje, na urna ideal das suas saudades gloriosas e eternas.

Salve!

Porto Alegre, maio de 98.

BENJAMIN FLORES

## Vasco da Gama

Cessem do sábio grego e do troiano  
As navegações grandes que fizeram

*Camões*

A gloriosa pátria lusitana, em frêmitos de justo entusiasmo, ergue-se altiva e sobranceira para festejar uma das suas conquistas mais brilhantes e receber as ovações do mundo culto.

O descobrimento do caminho marítimo da Índia foi um desses fatos assombrosos que asseguram ao velho Portugal a fama, o renome e o alto respeito de que goza no convívio das nações.

Vem rumorejando o eco do passado, como hino festivo e patriótico, a saudar através de quatro séculos, a memória dos imortais navegadores, que, animados da sublime fé cristã, rasgaram novos e dilatados horizontes à civilização e ao progresso universal.

E tu, Vasco da Gama, ó grande capitão, “a quem Netuno e Marte obedeceram”, o que direi que seja digno de ti, da aureola brilhantíssima que te cerca nas regiões do infinito?

O que sei, o que penso e o que sinto, é que a humanidade inteira deve venerar-te!

RODOLGO J. GOMES

## A Portugal

A humanidade toda deve, na data eternamente memorável do descobrimento do caminho das Índias Orientais, rejubilar-se contigo, nobre nação portuguesa, que nos eternos destinos da providência, foste escolhida para proporcionar meios mais amplos à civilização cristã, abrindo-lhe o orbe inteiro, de que tão grande parte ainda lhe

era velada. A universal igreja de Cristo tem de agradecer-vos, valorosos lusitanos, a remoção do último obstáculo à sua missão divina de anunciar o evangelho a todas as gentes. Portanto, eu te saúdo, respeitoso e grato, benemérito Portugal.

Rio Grande, 20 de maio de 1898.

Padre CARLOS BECKER

## **Glória suprema!**

A alma portuguesa, num desvairamento próprio de quem fitou o sol de perto – estende a asa forte, heroica, gigante e arremete o voo arrojadíssimo às mais remotas paragens da Terra.

O gigante comprimido no seu estreito berço europeu, unindo à audácia do meridional a tenacidade do povo do norte, subjuga os oceanos e desvenda os continentes, cantando o hino triunfal da maravilha eterna dos Lusíadas.

Vasco da Gama, Bartolomeu Dias, Pedro Álvares, Cortês Reais, Afonso de Albuquerque, Duarte Pacheco, D. João de Castro, Camões, lutaram na terra como semideuses!

Constelação radiosa no céu das glórias portuguesas!

Descobridores e conquistadores eram os soldados e marinheiros deste grande povo, eram os habitantes da nação mais pequena da Europa!

História assombrosa, extraordinária, absorvente a desta nação onde se educaram os heróis portugueses, que constituíram a ínclita vanguarda da civilização moderna!

Aljubarrota lança os elementos da heroica nacionalidade. D. João I vai a Ceuta e realiza a primeira conquista, a primeira expedição da qual, mais tarde, brota um império.

D. Henrique sobe a Sagres e medita, e prepara a realização da obra gigante do século XV.



Das costas algarvias partem as primeiras caravelas que fazem surgir Porto Santo, a Madeira e os Açores.

A lenda e a superstição são a barreira a vencer na navegação para o sul.

Gil Eanes dobra o Bojador. A costa africana patenteia-se.

Bartolomeu Dias e Diogo Cão rasgam novos horizontes. Promessas de engrandecimento se desenham sob um sol de lucilações de ouro.

Vasco da Gama, reconhece o cabo Tormentório, vence-o, dobra-o! Descobre a Índia e regressa à pátria, deixando, através dos *mares nunca dantes navegados*, um sulco luminoso, inapagável, de pulverizações de luz, de cintilações diamantinas, a constatar, através dos fastos da história da humanidade, a passagem dos intrépidos aventureiros portugueses!

Suprema glória!

ÁLVARO DA SILVA

#####

A descoberta do caminho marítimo da Índia e a descoberta da América constituem os dois acontecimentos mais assombrosos registrados na história da humanidade.

Torna-se, pois, digna de consenso unânime dos povos civilizados a celebração da gloriosa data em que Vasco da Gama, o intrépido navegador português, aportou a Calicute, depois de ter dobrado o afamado cabo Tormentoso.

“Em perigos e guerras esforçados  
Mais do que prometia a força humana.”

A nós brasileiros principalmente merece todo o louvor e animação a iniciativa da patriótica colônia portuguesa desta cidade, promovendo solenes festejos em honra do quarto centenário do portentoso evento, e cordialmente associo-me a tão alevantada manifestação de

“Amor da pátria, não movido  
De prêmio vil, mas alto e quase eterno”.  
Rio Grande, 20 de maio de 1898.

MANOEL I. DE LACERDA WERNECK

## **Lenda (junto ao berço de minha filha)**

Ouve-me tu, minha filha, que tens os longos cílios dos teus grandes olhos negros para a minha alma fazer ninho! Ouve lá uma história antiga que os teus sonhos há de acalantar!

Era uma vez um povo, ativo como poucos, heroico como nenhum. As mãos espalmadas dos anjos serviram-lhe de cúpula para o berço; e eu que te digo, é porque o sei. Pelo menos muita gente houve que viu, como te estou a ver, o signo beatífico da redenção descendo sobre Ourique na guerra contra os pagãos. E pela tela azul do infinito, a que eu saiba, ainda ninguém escreveu, a não ser Deus e mais os anjos.

Contam-se desse povo façanhas assombrosas; e para te mostrar que ninguém conhece história mais extraordinária, é bastante dizer-te que ele, só ele teve reis na lavoura, cadáver de rainha no trono, e um anjo de extermínio trazendo para o combate o calor abençoado de um forno de padaria!

Como vês, é o mágico país dos contrastes, que também teve o maior lírico de um século a ensinar o *abc* às crianças e o maior épico do mundo a pelejar como leões.

Quisera que lhe ouvisses as canções: – é um povo que chora quando canta; e creio mesmo que, antes de lampejar o chuço, foi a sedução das suas melopeias que entorpeceu a sanha das sereias da Atlântida.

Não lhe bastara o voo do infinito nas asas dos trovadores; quis também o voo das conquistas nas lanças dos seus guerreiros. E foi assim que a sua lama atirou-se mar em fora; e, à imitação dos sois que

fecundam os baobás no ventre da nossa terra, ele fecundava mundos no ventre dos galeões.

Não havia por esse tempo uma nesga de terra onde não crepitasse uma lareira portuguesa. E aqui tens, minha filha; aqui lhe tens o nome! Português foi esse povo, português o há de ser, português o será sempre, porque no mundo o português é a glória da humanidade! E os séculos não poderão viver sem ele, como as estrelas não vivem sem luz, os berços sem preces e as alvoradas sem perfumes!

E quando não havia por esse tempo uma só nesga de terra onde não crepitasse uma lareira portuguesa, sabes tu, ó minha filha, sabes tu o que ele fez?

Juntou-as toda, sobraçou-as num esforço gigantesco de musculatura d'aço, e veio com amor, honra, trabalho, brio e energia, abrir para o Oriente as portas colossais deste Brasil, que é a pátria de teu pai, a tua pátria, minha filha, a terra bendita que há um ano desfez em lírios o corpo eternamente amado do teu irmãozinho morto!

Ai, filha de longos cílios, onde faz ninho a minha alma! Tua mãe já o sabe, e eu aqui te digo em surdina, acalentando-te os sonhos: - Um dia, um dia ainda bem longe, quando o seio se te desabrochar numa estonteadora explosão de perfumes; um dia, ainda bem longe, quando tu fores a mais linda, entre as tuas mais lindas patrícias, quando a tua boca fizer inveja à boca das madrugadas, quanto tu fores santa como o teu sorriso do berço, sabes tu o que eu farei?

Para te ver feliz, para te ver amada, sabes tu, ó minha filha, sabe tu, se o quiseres, o que eu farei? . . .

- Casava-te com um português!

MÁRIO DE ARTAGÃO

## A grande descoberta

Pelos fins do século XV, a Europa apresentava um aspecto especial na história da civilização.

O islamismo transbordara e, das margens setentrionais da África e do ocidente da Ásia, se precipitara sobre a velha civilização bizantina, inundando-a no seu crescente devastador. A espessa sombra da Idade Média envolvia os povos. A invasão dos bárbaros eclipsara o sol da civilização.

Apenas o cristianismo lhe resistia. “O Vaticano, na eloquente frase de Victor Hugo, substitui o Capitólio. A Roma dos Césares cede lugar à Roma cristã. Ao espírito de conquista sucede o espírito de proselitismo. E, quando a igreja se julga assaz forte, prega as cruzadas.”

As grandes nacionalidades de hoje estavam apenas em embrião.

A descoberta da imprensa veio lançar nessa penumbra um grande clarão, vulgarizando os conhecimentos da antiguidade. Os aperfeiçoamentos da bússola permitiam aos navegantes afastarem-se mais das costas.

Ocupado Portugal em varrer do seu território a mourama e impedir as excursões dos piratas, se tinha pouco a pouco fortificado na arte da guerra e da navegação.

Quando não teve mais inimigos a combater dentro do país, quando a paz de um bom governo lhe permitiu resfolegar, ao tempo em que as cruzadas terminavam e os turcos arruinavam o comércio das repúblicas italianas, arrojou-se aos mares no duplo intento de dilatar a fé e o império e descobrir os reinos do afamado Preste João.

Era a cruzada da civilização, tendo ainda a fé por incentivo, mas substituindo já as Cruzadas da religião.

“Começando por Ceuta a viagem gloriosa, diz Oliveira Martins, Portugal ia também atacar o turco pelo seu flanco da Índia e cravar-lhe no peito um punhal envenenado. Por isso, o momento da tomada de Ceuta não é apenas decisivo para a nossa história particular; é grave para história geral do mundo, porque marca o princípio da era das descobertas, gravíssimo para os fastos do duelo europeu com o islamismo,

porque, ao mesmo tempo em que este vencia no Oriente, começava a ser vencido na África setentrional, em que os gregos bizantinos tinham sido submergidos pela inundação dos árabes.”

De Ceuta as navegações portuguesas se foram estendendo pela costa ocidental da África e ilhas fronteiras até que Bartolomeu Dias encontrou esse ponto terminal – onde a terra acaba e o mar começa.

Encorajado por tantas vitórias, determina de mandar uma nova esquadra às terras do oriente.

É a grande epopeia que Vasco da Gama traçou com a quilha das suas naus no oceano e que Camões immortalizou na lida adamantina.

Seguindo com tenacidade e perseverança a sua derrota, em breve todos os empórios do comércio asiático caíram em mãos portuguesas.

A África, a Ásia e logo após a América foram ligadas à civilização europeia.

Foi somente nesta época, diz Condorcet, que o homem pode conhecer o globo que habita, estudar em todos os países, a espécie humana, modificada pela longa influência das causas naturais ou das instituições sociais; observar as produções da terra ou dos mares em todas as temperaturas, em todos os climas. Assim, os recursos de toda a espécie, que essas produções oferecem aos homens, ainda tão afastados de os ter esgotado, de lhes conhecer mesmo toda a extensão, tudo o que estes conhecimentos podem acrescentar de verdades novas às ciências, e destruir os erros acreditados; a atividade do comércio que deu um novo impulso à indústria, à navegação e, por um encadeamento necessário, a todas as ciências como a todas artes; a força que esta atividade deu às nações livres para resistir aos tiranos, aos povos escravizados para quebrar as suas algemas, para relaxar pelo menos as do feudalismo; tais foram as consequências felizes dessas descobertas...

Portugal, que se emancipava, conquistando palmo a palmo a terra pátria, ora aos mouros, ora aos vizinhos da península, media agora milha a milha o oceano e engastava na sua Coroa as mais belas joias

dos dois mundos, aos quais não tardaria em juntar o terceiro, e assim pode constituir aquele

... alto império

*Que o sol logo em nascendo vê primeiro,*

*Vê-o também no meio do hemisfério,*

*E quando desce o deixa derradeiro,*

como com tanta propriedade assinalou o poeta.

O fanatismo, porém, que alentara ao peito como o infante espartano, lhe foi minando as entranhas até reduzi-lo à condição em que o prostrou o desastre de Alcácer-Quibir.

Hoje, Prometeu sobre o rochedo ou como Napoleão em Santa Helena, estende o olhar pela vastidão dos mares, recolhe os hinos das passadas glórias e, mais feliz do que estes, pode assistir ufano ao jubileu da civilização em sua honra.

O ciclo da sua história foi completo e para imortalizar-lhe o nome nem lhe faltou a mais verdadeira e a mais admirável epopeia que jamais produziu o engenho humano – os Lusíadas – nem uma grande nacionalidade que herdasse o nome – o Brasil.

Estas duas epopeias lembrarão sempre com honra e glória o nome português.

ARTHUR MOTA

#####

À décima e última página, o *Pró-Pátria* divulgava o “Programa das festas a realizar na cidade do Rio Grande, República dos Estados Unidos do Brasil, pela colônia portuguesa, com espontânea e generosa adesão da sociedade brasileira e dos poderes públicos, em comemoração do quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo da Índia, pelo imortal navegador português Vasco da Gama”. Tal programação, a desenvolver-se no dia 20 de maio de 1898, compunha-se de:

“Alvorada”, com salva de tiros, músicas percorrendo as ruas da cidade e girândolas de foguetes; “Te Deum” solene na igreja matriz alusivo ao “glorioso acontecimento”; “Regatas”, constituídas de competições náuticas, com entrega aos “valentes vencedores” de medalhas especialmente cunhadas para tal fim, atividade acompanhada de músicas e roda de foguetes; novas salvas de tiros seriam repetidas no início e ao fim da tarde; uma “sessão solene literária e musical” encerraria as comemorações”, complementadas por iluminações públicas e particulares e embandeiramento de ruas, além de expedição de telegramas ao rei de Portugal e à presidência da Comissão Executiva Centenário da Índia, em Lisboa.





## A GAZETA PORTUGUESA

Apresentando-se como “órgão independente e da colônia portuguesa”, *A Gazeta Portuguesa* tinha Armando Apolinário da Costa Neves por redator e proprietário. Era um semanário, cuja assinatura custava 1\$000, ao mês, 3\$000, ao trimestre, 5\$000, ao semestre e 9\$000, ao ano. Além de circular na cidade do Rio Grande, tinha representantes em uma localidade municipal denominada Ilha dos Marinheiros, e nas cidades vizinhas de Pelotas e Bagé. Das várias matérias editadas pelas folhas e presentes nos exemplares remanescentes foram transcritas duas, uma trazendo o programa do jornal e outra demonstrando a relevância de um incremento às relações mercantis luso-brasileiras.

Além destas, também apareciam as matérias - “As campanhas d’África - a bravura do soldado português”, sobre a busca da manutenção do império colonial africano; “Eça de Queiroz” que ressaltava homenagem feita ao literato, com a inauguração de um monumento; “O Minho - saudades de minha terra”, trazendo recordações de tal região lusitana; “Visita régia” abordando visita do soberano espanhol a Portugal; “Notícias das províncias”, com informes respectivos sobre as unidades administrativas portuguesas; “O protecionismo”, publicado em editorial e matérias em sequência, acerca de tal prática econômica; “Lisboa em 1755”, referindo-se ao terremoto que atingira a capital lusa; e “Cartas do Porto”, trazendo informações sobre esta importante cidade portuguesa. Apareciam também “Notas alegres”, um anedotário, avisos fúnebres e a seção consagrada ao folhetim.

Das duas matérias transcritas, uma constitui a apresentação do jornal, expressando seus objetivos, notadamente aquele vinculado à ideia de publicar um periódico voltado à colônia lusa, cuja ausência se faria sentir no Rio Grande do Sul. A redação buscava garantir que a folha seria essencialmente “independente e noticiosa”, sem abrir espaço para as discussões de cunho político, pretendendo trazer informações do conjunto do reino e de cada uma das suas unidades administrativas. Na outra matéria, através de dados quantitativos referentes às importações realizadas junto ao porto do Rio de Janeiro no primeiro ano do século XX, o periódico vislumbrava as enormes potencialidades do mercado brasileiro e defendia ardorosamente um incremento à colocação de produtos portugueses ao alcance do consumo no Brasil. Considerava assim, que às tradições em comum entre lusos e brasileiros, deveriam somar-se também as relações comerciais, havendo espaço para produtos lusitanos no gigantesco contexto consumidor da república tropical.

## **O nosso jornal (edição de 17 dez. 1903)**

Em consequência de ser grande a colônia portuguesa neste estado, e, entre nós, não existir aqui uma folha de caráter português, resolvi publicar *A Gazeta Portuguesa*.

Com esta minha empresa absolutamente nada pretendo lesar os meus patrícios, mas, afastando-me de todas coisas que dizem respeito a política, só se ela vos servir de interesse e vos elucidar dos mais recentes sucessos de importância ou interesse ocorridos em Portugal, e, discriminadamente, em todas as terras das províncias.

Contando com todos os elementos para este fim, vindo diretamente de Portugal, dará a nossa folha notícias as mais recentes possíveis.

Podem os nossos patrícios enviar a esta redação, dirigidos em carta ao seu proprietário, quaisquer originais para seu interesse que serão regularmente publicados, seguindo eles a norma da nossa folha, que

será independente e noticiosa, afim de não suscitar a mais leve controvérsia nunca dar lugar ao mais ligeiro desgosto, guardando-se todo o sigilo sobre os vossos originais.

A nossa gazeta, além de breves e verídicas notícias, das nossas terras, dará aos meus amigáveis patrícios leitura agradável, encetando, já neste número, a descrever-lhes, do Minho ao Algarve, o atual progresso que as nossas terras possuem.

Também, além de um pequeno romance, passado em Guimarães, romance emocionantíssimo, que se publicará em folhetim, cujo recomendamos às nossas agradáveis leitoras, biografará, historicamente, todos os combates nos sertões das nossas Áfricas, desde 1895 a esta data, que tiveram os nossos valentes soldados, especializando os de Coolella, Marracuene e Magul, comandados pelo valoroso e arrojado Mousinho de Albuquerque, de saudosa memória.

Côncio de que a nossa folha vos será agradabilíssima, peço-vos que aceiteis a sua assinatura, para se conservar assim a publicação de um órgão português, vosso auxiliar, necessitado tanto neste estado.

## **Brasil e Portugal (edição de 11 fev. 1904)**

Devemos procurar por todas as formas promover e animar o desenvolvimento das relações mercantis entre Portugal e Brasil, porque reconhecemos no mercado brasileiro os mais favoráveis elementos para a colocação dos produtos portugueses.

Uma estatística ultimamente publicada, com caráter oficial, relativa à alfândega do Rio de Janeiro, se bem seja muito incompleta e até obscura em mais de um ponto, vem provar a necessidade de lutarmos com energia e persistência para mantermos no Brasil a posição auspiciosa, que ali se oferece ao comércio de Portugal.

Essa estatística oferece os dados, com respeito a importações totais no Rio de Janeiro, por procedências, em 1901:

Inglaterra	75:441 contos
Argentina	28:845 “
Alemanha	21:545 “
França	17:980 “
Estados Unidos	15:611 “
Portugal	13:314 “
Uruguai	11:506 “

Como se vê, Portugal ocupa o sexto lugar.

E, se das importações totais descermos ao exame das importações por artigos da pauta brasileira, observaremos que na classe 6<sup>a</sup> (bebidas alcooli-fermentadas, etc.), ocupamos o primeiro lugar, porque aos vinhos portugueses importados em 1901 é atribuído o valor de 9:063 contos, ao passo que aos da Itália se atribui o de 606 contos, aos da Espanha 281 contos, aos da França 974 contos, etc., quer dizer que, calculando-se a importação dessas bebidas em 12:203 contos, a Portugal pertencem mais de três quartas partes.

Isto basta para demonstrar quanto nos cumpre defender o comércio de nossos vinhos no Brasil.

Não deixa também de ser curioso observar a situação da importação dos nossos vinhos, no Rio, comparada com a de outras procedências:

	<i>Espumosos</i> / Toneladas	<i>Outros</i> / Toneladas
Portugal	8	16,76
Alemanha	0,2	52
Bélgica	3	—
França	31	—
Inglaterra	1,3	—
Itália	1,5	5
Argentina	—	—
Áustria	—	43

Mas só em vinhos se mostra prometedora o nosso comércio com o Brasil. No citado ano, ocupamos o primeiro lugar na importação de frutas e forragens no Rio de Janeiro.

Por que não havemos de ocupar lugar mais saliente na importação de legumes; por que havemos de ficar tão afastados da Alemanha, da Inglaterra e da França na importação de artigos de algodão, lã e linho, na de louça e vidros, na de obras de cutelaria e na de relojoaria?

Certamente, quem contempla estas estatísticas oficiais chega ao convencimento de que, se a iniciativa dos nossos comerciantes e industriais tem ido bastante longe, muito mais longe dilatados horizontes se oferecem no Brasil à expansão dos produtos portugueses.

Falemos só de tecidos de algodão e linho. A importação pelo Rio de Janeiro, em 1901, foi a seguinte:

	<i>Algodão</i> /Contos	<i>Linho</i> /Contos
Alemanha	4:039	384
França	1:433	357
Inglaterra	14:166	2:790
Itália	791	249
Portugal	248	25
Bélgica	273	348

Veja-se como os produtos da indústria algodoeira inglesa encontram importantíssimo mercado no Brasil.

As considerações, que deixamos feitas, à face das estatísticas oficiais, são suficientes para demonstrar que devemos preocupar-nos, sem cessar, com o desenvolvimento das nossas relações comerciais com o Brasil, procurando aproveitar, por todas as formas, os valiosos elementos de que ali podemos dispor.

Tudo quanto possa estreitar os laços entre essas duas nações, ligadas por tantas tradições e tão valiosos interesses, representará um grande serviço feito a uma e a outra.





## **DIRECTORIA**

**DIRECTOR:** ERNESTO RODRIGUES

**DIRECTORES-ADJUNTOS:** JOSÉ EDUARDO FRANCO  
ANA PAULA TAVARES

**SECRETÁRIA:** LUÍSA MARINHO ANTUNES

**VOGAIS:** LUÍS DA CUNHA PINHEIRO  
PAULA CARREIRA



## **DIRETORIA**

**PRESIDENTE:** PEDRO ALBERTO TÁVORA BRASIL

**VICE-PRESIDENTE:** FRANCISCO DAS NEVES ALVES

**DIRETOR DE ACERVO:** MAURO PÓVOAS

**1º SECRETÁRIO:** PAULO SOMENSI

**2º SECRETÁRIO:** LUIZ HENRIQUE TORRES

**1º TESOUREIRO:** VALDIR BARROCO

**2º TESOUREIRO:** ROLAND PIRES NICOLA







## **Conselho Editorial**

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Carlos Carranca (Universidade Lusófona)

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (UNISINOS)

Ernesto Rodrigues (Universidade de Lisboa)

Francisco das Neves Alves (FURG)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

José Eduardo Franco (CIDH-CLEPUL)

Luiz Henrique Torres (FURG)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Mauro Nicola Póvoas (FURG)

Vania Pinheiro Chaves (CLEPUL)





**Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da  
FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do  
Projecto “UID/ELT/00077/2013”**



Coleção  
Documentos

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



CLEPUL Centro de Estudos de Língua Portuguesa do Rio-Grandense  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa



FLUL  
LETRAS  
LISBOA

FCT  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

